

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
4 - NIRE 35300050274		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Lourenço Marques, 158 - 14º. andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Olímpia	
3 - CEP 04547-100	4 - MUNICÍPIO São Paulo		5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 2195-2306	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX	11 - DDD 011	12 - FAX 2195-2291	13 - FAX -
14 - FAX -			
15 - E-MAIL presidencia@eletropaulo.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Alexandre César Innecco			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Lourenço Marques, 158 - 14º. andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Olímpia	
4 - CEP 04547-100	5 - MUNICÍPIO São Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 2195-2352	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX	12 - DDD 011	13 - FAX 2195-2504	14 - FAX -
15 - FAX -			
16 - E-MAIL alexandre.innecco@aes.com			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2009	31/12/2009	1	01/01/2009	31/03/2009	4	01/10/2008	31/12/2008
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernst & Young Auditores Independentes S.S.					10 - CÓDIGO CVM 00471-5		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO José Antonio de A. Navarrete					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 120.817.178-08		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2009	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2008	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2008
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	66.605	66.605	16.651.204
2 - Preferenciais	100.739	100.739	25.184.768
3 - Total	167.344	167.344	41.835.972
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Prestação de Serviço Público
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 05/05/2009	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
1	Ativo Total	12.327.025	12.556.389
1.01	Ativo Circulante	3.828.150	3.997.505
1.01.01	Disponibilidades	1.257.651	1.541.853
1.01.01.01	Numerário disponível	1.181.340	1.467.429
1.01.01.02	Numerário em trânsito	602	477
1.01.01.03	Títulos e valores mobiliários	75.709	73.947
1.01.02	Créditos	2.094.678	2.058.158
1.01.02.01	Clientes	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	2.094.678	2.058.158
1.01.02.02.01	Consumidores, conc. e permissionários	1.349.420	1.372.485
1.01.02.02.02	Tributos e contrib. socias compensáveis	489.384	384.039
1.01.02.02.03	Tributos e contrib. socias diferidos	242.596	297.730
1.01.02.02.04	Serviços prestados	24.879	22.873
1.01.02.02.05	Devedores diversos	8.328	3.494
1.01.02.02.06	Contas a receber - acordos	90.663	91.018
1.01.02.02.07	Outros créditos	106.367	96.095
1.01.02.02.08	Provisão p/ créd. de liquid. duvidosa	(216.959)	(209.576)
1.01.03	Estoques	50.871	45.831
1.01.03.01	Almoxarifado	50.871	45.831
1.01.04	Outros	424.950	351.663
1.01.04.01	Compensação de variação da parcela A	410.647	349.550
1.01.04.02	Despesas pagas antecipadamente	14.303	2.113
1.02	Ativo Não Circulante	8.498.875	8.558.884
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.811.504	1.869.360
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.691.665	1.710.703
1.02.01.01.01	Consumidores, conc. e permissionários	2.078	7.951
1.02.01.01.02	Tributos e contrib. socias compensáveis	83.017	80.424
1.02.01.01.03	Tributos e contrib. socias diferidos	860.352	873.586
1.02.01.01.04	Cauções e depósitos vinculados	542.179	539.549
1.02.01.01.05	Contas a receber - acordos	121.959	128.192
1.02.01.01.06	Outros créditos	150.467	152.986
1.02.01.01.07	Provisão p/ créd. de liquid. duvidosa	(68.387)	(71.985)
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	119.839	158.657
1.02.01.03.01	Compensação de variação da parcela A	113.895	152.370
1.02.01.03.02	Despesas pagas antecipadamente	5.944	6.287
1.02.02	Ativo Permanente	6.687.371	6.689.524
1.02.02.01	Investimentos	11.033	9.202

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2009	4 -31/12/2008
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.01.06	Bens e direitos p/ uso futuro	4.707	2.876
1.02.02.01.07	Outros investimentos	6.326	6.326
1.02.02.02	Imobilizado	6.491.237	6.423.393
1.02.02.03	Intangível	185.101	256.929
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
2	Passivo Total	12.327.025	12.556.389
2.01	Passivo Circulante	3.368.383	3.636.369
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	47.025	50.430
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	810.951	808.954
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	576.048	599.256
2.01.04.01	Tributos e contrib. sociais compensáveis	545.579	568.781
2.01.04.02	Tributos e contrib. sociais diferidos	30.469	30.475
2.01.05	Dividendos a Pagar	681.369	681.376
2.01.05.01	Dividendos declarados	620.704	620.711
2.01.05.02	Juros s/capital próprio - TJLP	60.665	60.665
2.01.06	Provisões	203.250	229.778
2.01.06.01	Provisões p/ litígios e contingências	203.250	229.778
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	1.049.740	1.266.575
2.01.08.01	Obrigações estimadas	48.102	77.093
2.01.08.02	Folha de pagamento	10.130	3.382
2.01.08.03	Encargos de dívida	58.531	100.497
2.01.08.04	Obrigações c/ entidade de prev. privada	337.626	258.385
2.01.08.05	Compensação de variação da parcela A	50.961	96.141
2.01.08.06	Cosip	34.209	25.806
2.01.08.07	Operações de swap cambial	21.364	20.195
2.01.08.08	P&D, eficiência energética, EPE e FNDCT	212.147	237.041
2.01.08.09	Encargos do consumidor a recolher	63.481	77.338
2.01.08.10	Conta a pagar - Banco Santos	95.411	244.539
2.01.08.11	Outros	117.778	126.158
2.02	Passivo Não Circulante	5.513.017	5.621.196
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.513.017	5.621.196
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	843.409	843.950
2.02.01.02	Debêntures	1.050.000	1.050.000
2.02.01.03	Provisões	1.259.937	1.223.035
2.02.01.03.01	Provisões p/ litígios e contingências	1.259.937	1.223.035
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	2.359.671	2.504.211
2.02.01.06.01	Tributos e contrib. sociais	19.618	38.420
2.02.01.06.02	Tributos e contrib. sociais diferidos	518.694	524.834
2.02.01.06.03	Obrigações c/ entidade de prev. privada	1.749.231	1.865.980
2.02.01.06.04	Reserva de reversão	66.085	66.085
2.02.01.06.05	Compensação de variação da parcela A	442	4.110
2.02.01.06.06	Outros	5.601	4.782

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2009	4 -31/12/2008
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	3.445.625	3.298.824
2.05.01	Capital Social Realizado	1.057.629	1.057.629
2.05.01.01	Capital social subscrito e integralizado	1.057.629	1.057.629
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	2.126.748	2.142.917
2.05.03.01	Ativos Próprios	2.126.748	2.142.917
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	98.278	98.278
2.05.04.01	Legal	98.279	98.279
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	(1)	(1)
2.05.04.07.01	Ações próprias em tesouraria	(1)	(1)
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	162.967	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.899.805	2.899.805	2.723.041	2.723.041
3.02	Deduções da Receita Bruta	(1.050.135)	(1.050.135)	(966.051)	(966.051)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.849.670	1.849.670	1.756.990	1.756.990
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.579.083)	(1.579.083)	(1.471.233)	(1.471.233)
3.05	Resultado Bruto	270.587	270.587	285.757	285.757
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(46.620)	(46.620)	(48.182)	(48.182)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	0	0
3.06.03	Financeiras	(37.571)	(37.571)	(35.871)	(35.871)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	78.065	78.065	66.394	66.394
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(115.636)	(115.636)	(102.265)	(102.265)
3.06.03.02.01	Despesas financeiras	(67.210)	(67.210)	(77.600)	(77.600)
3.06.03.02.02	Variações monetárias/cambiais líquidas	(48.426)	(48.426)	(24.665)	(24.665)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.611	1.611	3.628	3.628
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(10.660)	(10.660)	(15.939)	(15.939)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	223.967	223.967	237.575	237.575
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	223.967	223.967	237.575	237.575
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(114.912)	(114.912)	(79.647)	(79.647)
3.11	IR Diferido	38.397	38.397	(7.430)	(7.430)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	147.452	147.452	150.498	150.498
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	167.344	167.344	41.835.972	41.835.972
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,88113	0,88113	0,00360	0,00360
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(94.797)	(94.797)	479.976	479.976
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	365.441	365.441	236.080	236.080
4.01.01.01	Lucro líquido do período	147.452	147.452	150.498	150.498
4.01.01.02	Depreciação a amortização	94.112	94.112	87.620	87.620
4.01.01.03	Varição monetária/cambial	35.513	35.513	(51.857)	(51.857)
4.01.01.04	Baixa de bens do ativo imobilizado	11.103	11.103	16.883	16.883
4.01.01.05	Tributos e contrib. sociais diferidos	38.396	38.396	(18.680)	(18.680)
4.01.01.06	Funda de pensão - CVM nº 371/00	45.182	45.182	23.547	23.547
4.01.01.07	Prov./rev./p/crédito de liquid. duvidosa	3.785	3.785	14.631	14.631
4.01.01.08	Varição de valores da parcela A	(10.102)	(10.102)	13.438	13.438
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(460.238)	(460.238)	243.896	243.896
4.01.02.01	Consumidores e revendedores	28.938	28.938	61.563	61.563
4.01.02.02	Tributos e contribuições sociais	(77.966)	(77.966)	38.106	38.106
4.01.02.03	Serviços prestados	(2.006)	(2.006)	(12.565)	(12.565)
4.01.02.04	Devedores diversos	(4.834)	(4.834)	(6.102)	(6.102)
4.01.02.05	Almoxarifado	(5.040)	(5.040)	(5.773)	(5.773)
4.01.02.06	Contas a receber - acordos	6.588	6.588	(10.048)	(10.048)
4.01.02.07	Outros créditos	(7.750)	(7.750)	228.218	228.218
4.01.02.08	Compensação var. dos itens da parcela A	(11.261)	(11.261)	(37.716)	(37.716)
4.01.02.09	Despesas pagas antecipadamente	(11.850)	(11.850)	(10.691)	(10.691)
4.01.02.10	Cauções e depósitos vinculados	7.602	7.602	(35.563)	(35.563)
4.01.02.11	Fornecedores	1.997	1.997	30.273	30.273
4.01.02.12	Tributos e contribuições sociais	(48.147)	(48.147)	82.586	82.586
4.01.02.13	Encargos de dívidas	(82.241)	(82.241)	(36.115)	(36.115)
4.01.02.14	Provisão p/ litígios e contingências	10.374	10.374	20.545	20.545
4.01.02.15	Encargos tarifários e do consumidor	(14.511)	(14.511)	2.118	2.118
4.01.02.16	Compensação var. dos itens da parcela A	(50.108)	(50.108)	(62.220)	(62.220)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2009 a 31/03/2009	4 -01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
4.01.02.17	Obrigações estimadas, folha de pgto.	(200.023)	(200.023)	(2.720)	(2.720)
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(103.717)	(103.717)	(80.781)	(80.781)
4.02.01	Aquisições de direitos do imobilizado	(101.642)	(101.642)	(94.354)	(94.354)
4.02.02	Enc. finac. e efeitos inflacionários	(8.724)	(8.724)	(9.840)	(9.840)
4.02.03	Venda de bens e direitos	0	0	8.608	8.608
4.02.04	Consumidores participações financeiras	7.304	7.304	15.073	15.073
4.02.05	Investimentos	0	0	137	137
4.02.06	IR e CSLL sobre terrenos reavaliados	(655)	(655)	(405)	(405)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(85.688)	(85.688)	(56.537)	(56.537)
4.03.01	Ingressos de novos empréstimos	0	0	1.283	1.283
4.03.02	Dividendos e TJLP pagos	(7)	(7)	(7)	(7)
4.03.03	Pagamentos de empréstimos	(2.990)	(2.990)	(4.462)	(4.462)
4.03.04	Pagamento previdencia privada	(82.691)	(82.691)	(53.351)	(53.351)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(284.202)	(284.202)	342.658	342.658
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.541.853	1.541.853	1.039.087	1.039.087
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.257.651	1.257.651	1.381.745	1.381.745

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.057.629	0	2.142.917	98.278	0	0	3.298.824
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.057.629	0	2.142.917	98.278	0	0	3.298.824
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	147.452	0	147.452
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	3	3
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	3	3
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	(16.169)	0	15.515	0	(654)
5.09.01	Reserva de reavaliação	0	0	(16.169)	0	15.515	0	(654)
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	1.057.629	0	2.126.748	98.278	162.967	3	3.445.625

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.057.629	0	2.142.917	98.278	0	0	3.298.824
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.057.629	0	2.142.917	98.278	0	0	3.298.824
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	147.452	0	147.452
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	3	3
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	3	3
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	(16.169)	0	15.515	0	(654)
5.09.01	Reserva de reavaliação	0	0	(16.169)	0	15.515	0	(654)
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	1.057.629	0	2.126.748	98.278	162.967	3	3.445.625

1. Contexto Operacional

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia") é uma companhia de capital aberto, de direito privado, autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As informações trimestrais - ITR da Companhia, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma. Essas informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Legislação Societária Brasileira, Leis n^{os} 6.404/76, 9.457/97, 10.303/01 e 11.638/07, Medida Provisória n^o 449/08, normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo poder concedente.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 05 de maio de 2009. De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM n^o 505, datada de 19 de junho de 2006, eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das informações trimestrais - ITR e a data da autorização de sua conclusão devem ser divulgados e, se necessário, ajustados nas mesmas.

Estas informações trimestrais - ITR foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008, e devem ser lidas em conjunto com as mesmas.

Em cumprimento às determinações do Despacho ANEEL n^o 2.877, de 1^o de agosto de 2008, a Companhia alterou, a partir de setembro de 2008, a forma de contabilização da conta de Compensação de Variação dos Itens da Parcela A - CVA (passivo regulatório). De acordo com esse Despacho, os registros contábeis de passivos regulatórios devem estar associados à correspondente redução na receita de fornecimento. Anteriormente a esse Despacho, o reconhecimento de um passivo regulatório, era registrado como parte da despesa operacional que o originou (energia

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com a finalidade de possibilitar a comparabilidade, as despesas correspondentes aos passivos regulatórios, registradas no primeiro trimestre de 2008, estão sendo reclassificadas de acordo com essa nova sistemática contábil.

3. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

	Saldos em 31.3.2009					Saldo líquido
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	
		até 90 dias	mais de 90 dias			
CIRCULANTE						
Consumidores - Fornecimento:						
Residencial	173.703	173.158	48.169	395.030	(83.522)	311.508
Industrial	55.954	32.534	48.382	136.870	(29.000)	107.870
Comercial	124.926	78.683	32.895	236.504	(43.918)	192.586
Rural	201	360	353	914	(15)	899
Poder público:						
Federal	1.629	1.615	576	3.820	(305)	3.515
Estadual	6.658	2.473	299	9.430	(168)	9.262
Municipal	742	1.369	8.202	10.313	(5.619)	4.694
Iluminação pública	12.905	180	2.096	15.181	(1.395)	13.786
Serviço público	9.141	5.500	6.179	20.820	(4.801)	16.019
Total - Faturado	385.859	295.872	147.151	828.882	(168.743)	660.139
Não Faturado	459.566	-	-	459.566	-	459.566
Total	845.425	295.872	147.151	1.288.448	(168.743)	1.119.705
Concessionárias e permissionárias:						
Encargos do uso da rede	1.441	-	-	1.441	-	1,441
Energia no curto prazo - CCEE	22.972	-	-	22.972	-	22.972
EMAE	3.041	-	-	3.041	-	3.041
Transmissoras	10.372	-	-	10.372	-	10.372
Desconto da TUSD	23.146	-	-	23.146	(3.574)	19.572
Total	60.972	-	-	60.972	(3.574)	57.398
Total - CIRCULANTE	906.397	295.872	147.151	1.349.420	(172.317)	1.177.103
NÃO CIRCULANTE						
Concessionárias e permissionárias:						
EMAE	-	-	1.984	1.984	-	1,984
Desconto da TUSD	94	-	-	94	-	94
Total - NÃO CIRCULANTE	94	-	1.984	2.078	-	2.078
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	906.491	295.872	149.135	1.351.498	(172.317)	1.179.181

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 8.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Saldos em 31.12.2008					Saldo líquido
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	
		até 90 dias	mais de 90 dias			
CIRCULANTE						
Consumidores - Fornecimento:						
Residencial	205.704	185.620	44.534	435.858	(79.192)	356.666
Industrial	63.572	34.196	36.002	133.770	(37.476)	96.294
Comercial	133.953	61.742	40.229	235.924	(36.622)	199.302
Rural	207	420	54	681	(13)	668
Poder público:						
Federal	1.448	1.071	336	2.855	(383)	2.472
Estadual	6.552	4.076	432	11.060	(131)	10.929
Municipal	3.533	2.081	2.023	7.637	(5.159)	2.478
Iluminação pública	11.588	2.581	1.654	15.823	(1.556)	14.267
Serviço público	8.875	1.049	6.385	16.309	(5.224)	11.085
Total - Faturado	435.432	292.836	131.649	859.917	(165.756)	694.161
Não Faturado	438.879	-	-	438.879	-	438.879
Não Faturado - Pis/Cofins	52	-	-	52	-	52
Total	874.363	292.836	131.649	1.298.848	(165.756)	1.133.092
Concessionárias e permissionárias:						
Encargos do uso da rede	805	-	-	805	-	805
Energia no curto prazo - CCEE	7.151	-	-	7.151	-	7.151
EMAE	622	-	2.085	2.707	-	2.707
Transmissoras	20.744	-	-	20.744	-	20.744
Desconto da TUSD	42.230	-	-	42.230	(1.367)	40.863
Total	71.552	-	2.085	73.637	(1.367)	72.270
Total - CIRCULANTE	945.915	292.836	133.734	1.372.485	(167.123)	1.205.362
NÃO CIRCULANTE						
Concessionárias e permissionárias:						
EMAE	1.938	-	-	1.938	-	1.938
Desconto da TUSD	6.013	-	-	6.013	-	6.013
Total - NÃO CIRCULANTE	7.951	-	-	7.951	-	7.951
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	953.866	292.836	133.734	1.380.436	(167.123)	1.213.313

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 8.

A Administração da Companhia continua implementando gestões com várias classes de consumidores e, em especial, com o poder público, nas esferas, Federal, Estadual e Municipal, objetivando a diminuição dos saldos em atraso e condicionando as negociações aos recebimentos dos débitos vincendos.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

	31.3.2009	31.12.2008
<u>CIRCULANTE</u>		
Imposto de renda	93.864	18.786
Contribuição social	31.147	6.285
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	2.904	2.860
ICMS	40.136	38.356
Cofins	15.420	14.602
Pis	3.854	3.677
Finsocial	301.679	299.092
Outros	380	381
Subtotal	489.384	384.039
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 8	(1.951)	(1.951)
Saldo líquido de PCLD	487.433	382.088
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Pis - Crédito tributário	55.328	54.724
ICMS	27.689	25.700
Subtotal	83.017	80.424
Total Geral	572.401	464.463

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. Tributos e Contribuições Sociais Diferidos

	31.3.2009	31.12.2008
<u>ATIVO</u>		
<u>CIRCULANTE</u>		
Créditos sobre:		
Provisões temporariamente não dedutíveis para contribuição social	64.217	78.811
Provisões temporariamente não dedutíveis para imposto de renda	178.379	218.919
Subtotal	242.596	297.730
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Créditos sobre:		
Provisões temporariamente não dedutíveis para contribuição social	173.176	177.419
Provisões temporariamente não dedutíveis para imposto de renda	687.176	696.167
Subtotal	860.352	873.586
Total do Ativo	1.102.948	1.171.316
	31.3.2009	31.12.2008
<u>PASSIVO</u>		
<u>CIRCULANTE</u>		
Débitos sobre:		
Contribuição social sobre reavaliação	(8.065)	(8.067)
Imposto de renda sobre reavaliação	(22.404)	(22.408)
Subtotal	(30.469)	(30.475)
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Débitos sobre:		
Contribuição social sobre reavaliação	(127.818)	(129.759)
Imposto de renda sobre reavaliação	(355.049)	(360.441)
Contribuição social sobre atualização dos depósitos judiciais	(9.484)	(9.168)
Imposto de renda sobre atualização dos depósitos judiciais	(26.343)	(25.466)
Subtotal	(518.694)	(524.834)
Total do Passivo	(549.163)	(555.309)
Total Geral - Líquido	553.785	616.007

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contribuição Social e Imposto de Renda sobre Reavaliação: valor dos impostos provisionados às alíquotas regulares, 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social, apurados sobre o valor da reavaliação dos bens integrantes do Ativo Imobilizado e amortizado em função das correspondentes realizações desses ativos por meio das respectivas depreciações e baixas.

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	31.3.2009	31.12.2008	31.3.2009	31.12.2008
a) Demonstração da base de cálculo dos tributos diferidos (Ativo e Passivo):				
Provisão de reserva matemática - CVM nº 371/00	1.662.051	1.690.908	1.662.051	1.690.908
Provisão para contingências	1.445.206	1.434.832	601.622	602.427
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	278.658	274.873	278.658	274.873
Operações de Swap	48.134	195.926	48.134	195.926
Gratificações	14.299	43.260	14.299	43.260
Provisão para Realização de Incentivos Fiscais - Finam/Finor	-	-	19.059	19.059
Reserva de reavaliação deduzida dos itens não depreciáveis	(1.509.813)	(1.531.395)	(1.509.813)	(1.531.395)
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	(105.374)	(101.866)	(105.374)	(101.866)
Materiais e serviços	8.388	15.662	8.388	15.662
Outros	5.485	4.885	5.485	4.885
Base de cálculo	1.847.034	2.027.085	1.022.509	1.213.739
Alíquotas nominal	25%	25%	9%	9%
Subtotal	461.759	506.771	92.026	109.236

	31.3.2009		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
b) Prazo de recuperação dos créditos (Ativo) tributários diferidos:			
2009	178.379	64.217	242.596
2010	84.204	32.029	116.233
2011	70.052	25.219	95.271
2012	54.394	17.889	72.283
2013	61.820	22.255	84.075
2014	270.260	23.064	293.324
2015	45.285	16.303	61.588
2016	52.639	18.950	71.589
2017	38.267	13.776	52.043
2018	10.255	3.691	13.946
	865.555	237.393	1.102.948

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. Contas a Receber - Acordos

	31.3.2009	31.12.2008
<u>CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	23.196	23.837
Consumidores	65.693	65.403
Outros	1.774	1.778
Subtotal	90.663	91.018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 8	(14.908)	(16.871)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 8	(13.731)	(13.447)
Saldo Líquido de PCLD	62.024	60.700
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	108.523	112.905
Consumidores	13.104	14.523
Outros	332	764
Subtotal	121.959	128.192
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 8	(66.128)	(69.726)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Acordos outros - nota nº 8	(2.259)	(2.259)
Saldo Líquido de PCLD	53.572	56.207

7. Outros Créditos

	31.3.2009	31.12.2008
<u>CIRCULANTE</u>		
Quota de RGR - recolhimento efetuado a maior	915	915
Financiamento à Cesp	884	892
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	22.886	20.652
Programa Baixa Renda	40.380	33.846
Eletrobrás - Bônus Itaipu	7.156	7.156
Alienação de bens e direitos	26.037	26.810
Outros	8.109	5.824
Total	106.367	96.095
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Financiamento à Cesp	6.846	6.910
Eletropaulo Metropolitana X Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda.	42.998	42.998
Alienação de Bens e Direitos	51.686	52.682
Programa Reluz - PMSP	21.179	23.175
Bens e Direitos Destinados a Alienação	24.792	24.853
Outros	2.966	2.368
Total	150.467	152.986

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, durante o período, foi como segue:

Rubricas de Origem	Saldo em 31.12.2008	Provisões e Reversões	Baixa para Perdas	Saldo em 31.3.2009
<u>CIRCULANTE</u>				
Consumidores - nota nº 3	165.756	34.984	(31.997)	168.743
Serviços Prestados	10.184	3.667	(45)	13.806
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 6	16.871	(441)	(1.522)	14.908
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 6	13.447	284	-	13.731
INSS - auxílio doença - nota nº 4	1.951	-	-	1.951
TUSD - resolução 166/05 - nota nº 3	1.367	2.207	-	3.574
Outros	-	246	-	246
Total	209.576	40.947	(33.564)	216.959
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Contas a Receber - acordos - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 6	69.726	(3.598)	-	66.128
Contas a Receber - acordos - outros - nota nº 6	2.259	-	-	2.259
Total	71.985	(3.598)	-	68.387
Total Geral	281.561	37.349	(33.564)	285.346

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. Compensação de Variação dos Itens da Parcela A - CVA

Parcela "A"	Saldos em 31.3.2009				Recomposição Tarifária	TOTAL
	CVA			Período após 4.6.2008 até 4.6.2009		
	Período de 1.1.2001 até 25.10.2001	Período após 4.6.2006 até 4.6.2007	Período após 4.6.2007 até 4.6.2008			
ATIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	12.208	610	5.344	54.751	-	72.913
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.746	10.773	-	12.519
Energia Itaipu - custo/variação cambial	25.889	-	-	-	-	25.889
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	13.726	59.589	-	73.315
Encargos de Conexão a Rede	2	-	-	-	-	2
Transporte de energia - Itaipu	6	1	-	53	-	60
Transporte de energia pela rede básica	43	40	1.250	4.029	-	5.362
Compra de energia elétrica	-	-	-	172.516	-	172.516
Taxa de Fiscalização	278	71	-	-	-	349
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	3.041	19.773	-	22.814
Proinfa	-	-	4.707	20.201	-	24.908
Subtotal	38.426	722	29.814	341.685	-	410.647
NÃO CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	18.251	-	18.251
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	3.591	-	3.591
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	19.863	-	19.863
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	18	-	18
Transporte de energia pela rede básica	-	-	-	1.343	-	1.343
Compra de energia elétrica	-	-	-	57.505	-	57.505
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	6.591	-	6.591
Proinfa	-	-	-	6.733	-	6.733
Subtotal	-	-	-	113.895	-	113.895
Total	38.426	722	29.814	455.580	-	524.542
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(88)	-	-	-	(88)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	-	(6.516)	-	-	(6.516)
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(26)	-	-	-	(26)
Compra de energia elétrica	-	(81)	(17.960)	-	-	(18.041)
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	(11.522)	(1.325)	-	(12.847)
Reserva Global de Reversão - RGR	(405)	-	-	-	-	(405)
Transporte de energia - Itaipu	-	-	(3)	-	-	(3)
Proinfa	-	(71)	-	-	-	(71)
EMAE	-	-	-	-	(1.101)	(1.101)
Petrobrás	-	-	-	-	(1.491)	(1.491)
Transmissoras	-	-	-	-	(10.372)	(10.372)
Subtotal	(405)	(266)	(36.001)	(1.325)	(12.964)	(50.961)
NÃO CIRCULANTE						
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	(442)	-	(442)
Subtotal	-	-	-	(442)	-	(442)
Total	(405)	(266)	(36.001)	(1.767)	(12.964)	(51.403)
Total Geral - Líquido	38.021	456	(6.187)	453.813	(12.964)	473.139

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Saldos em 31.12.2008					
	Parcela "A"	CVA			Recomposição Tarifária	TOTAL
	Período de 1.1.2001 até 25.10.2001	Período após 4.6.2006 até 4.6.2007	Período após 4.6.2007 até 4.6.2008	Período após 4.6.2008 até 4.6.2009		
ATIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	45.568	983	9.352	38.109	-	94.012
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	3.056	273	-	3.329
Energia Itaipu - custo/variação cambial	96.636	115	-	-	-	96.751
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	24.268	40.986	-	65.254
Encargos de Conexão a Rede	7	-	-	-	-	7
Transporte de energia - Itaipu	22	1	-	34	-	57
Transporte de energia pela rede básica	160	65	2.184	1.118	-	3.527
Taxa de Fiscalização	1.040	-	-	-	-	1.040
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	5.493	18.973	-	24.466
Compra de Energia	-	-	-	52.876	-	52.876
Proinfa	-	-	8.231	-	-	8.231
Subtotal	143.433	1.164	52.584	152.369	-	349.550
NÃO CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	38.109	-	38.109
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	273	-	273
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	40.986	-	40.986
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	34	-	34
Transporte de energia pela rede básica	-	-	-	1.117	-	1.117
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	18.975	-	18.975
Compra de Energia	-	-	-	52.876	-	52.876
Subtotal	-	-	-	152.370	-	152.370
Total	143.433	1.164	52.584	304.739	-	501.920
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(141)	-	-	-	(141)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	-	(11.617)	-	-	(11.617)
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(42)	-	-	-	(42)
Transporte de energia - Itaipu	-	-	(6)	-	-	(6)
Compra de energia elétrica	-	(132)	(32.018)	-	-	(32.150)
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	(8.604)	-	-	(8.604)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.511)	-	-	-	-	(1.511)
Sobrecontratação	-	-	(12.421)	-	-	(12.421)
Proinfa	-	(115)	-	(4.110)	-	(4.225)
EMAE	-	-	-	-	(1.981)	(1.981)
Petrobrás	-	-	-	-	(2.699)	(2.699)
Transmissoras	-	-	-	-	(20.744)	(20.744)
Subtotal	(1.511)	(430)	(64.666)	(4.110)	(25.424)	(96.141)
NÃO CIRCULANTE						
Proinfa	-	-	-	(4.110)	-	(4.110)
Subtotal	-	-	-	(4.110)	-	(4.110)
Total	(1.511)	(430)	(64.666)	(8.220)	(25.424)	(100.251)
Total Geral - Líquido	141.922	734	(12.082)	296.519	(25.424)	401.669

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. Imobilizado e Intangíveis

A composição do imobilizado e intangível é como segue:

	31.3.2009				31.12.2008	
	Custo Histórico (*)	Reavaliação		Depreciação Acumulada (*)	Valor Líquido (*)	Valor Líquido (*)
		1998	2007			
Em Serviço						
Distribuição	7.603.022	1.396.806	1.449.336	(3.831.352)	6.617.812	6.584.871
Terrenos	118.843	793.517	286.492	-	1.198.852	1.200.976
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	256.651	4.963	(54.686)	(115.237)	91.691	92.980
Máquinas e Equipamentos	7.164.195	606.338	1.217.530	(3.679.022)	5.309.041	5.277.954
Veículos	34.962	(4.302)	-	(20.508)	10.152	4.285
Móveis e Utensílios	28.371	(3.710)	-	(16.585)	8.076	8.676
Administração	224.522	(20.375)	42.103	(130.882)	115.368	124.705
Terrenos	1	4.499	31.035	-	35.535	35.537
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	8.706	2.637	11.057	(7.523)	14.877	15.199
Máquinas e Equipamentos	80.604	(4.133)	11	(56.156)	20.326	20.415
Veículos	42.087	(1.719)	-	(18.560)	21.808	29.758
Móveis e Utensílios	93.124	(21.659)	-	(48.643)	22.822	23.796
Comercialização	34.738	830	7.156	(16.981)	25.743	26.075
Terrenos	224	2.686	6.753	-	9.663	9.664
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3.105	(117)	403	(707)	2.684	2.225
Máquinas e Equipamentos	18.652	(324)	-	(10.611)	7.717	8.281
Veículos	380	(136)	-	(244)	-	-
Móveis e Utensílios	12.377	(1.279)	-	(5.419)	5.679	5.905
Atividade Não Vinculada	61.637	21.554	-	(41.153)	42.038	42.749
Terrenos	36	4.722	-	-	4.758	4.758
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	456	307	-	(473)	290	297
Máquinas e Equipamentos	61.099	10.664	-	(40.677)	31.086	37.650
Móveis e Utensílios	46	5.861	-	(3)	5.904	44
Subtotal	7.923.919	1.398.815	1.498.595	(4.020.368)	6.800.961	6.778.400
Em Curso						
Distribuição	230.419	-	-	-	230.419	187.340
Administração	14.434	-	-	-	14.434	11.347
Comercialização	328	-	-	-	328	678
Atividade não Vinculada	236	-	-	-	236	210
Subtotal	245.417	-	-	-	245.417	199.575
Obrigações Especiais Vinculada à Concessão	-	-	-	-	(555.141)	(554.582)
	8.169.336	1.398.815	1.498.595	(4.020.368)	6.491.237	6.423.393
Intangível (**)						
Distribuição	143.109	-	-	(111.615)	31.494	94.432
Administração	57.804	-	-	(35.746)	22.058	22.509
Comercialização	176.780	-	-	(45.231)	131.549	139.988
Subtotal	377.693	-	-	(192.592)	185.101	256.929
Total do Imobilizado / Intangível	8.547.029	1.398.815	1.498.595	(4.212.960)	6.676.338	6.680.322

(*) Valores corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

(**) Composto basicamente de "faixas de servidão" e direitos de uso de softwares

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Obrigações especiais vinculadas à concessão

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam valores relativos à participação financeira recebida dos consumidores, destinados ao atendimento de pedido de fornecimento de energia, bem como doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

	31.12.2008	Adições/(Baixas)	Amortização	31.3.2009
<u>Em Serviço</u>				
Participação financeira do consumidor	429.835	2.922	(5.622)	427.135
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	21.150	914	(274)	21.790
Eficiência Energética	6.106	2.524	(96)	8.534
Doações e Subvenções para Investimento	45.217	-	(582)	44.635
Participação União, Estados e Municípios	7.873	-	(101)	7.772
Outros	5.347	-	(69)	5.278
	515.528	6.360	(6.744)	515.144
<u>Em Curso</u>				
Participação financeira do consumidor	18.166	(713)	-	17.453
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	5.202	953	-	6.155
Eficiência Energética	6.422	(622)	-	5.800
Doações e Subvenções para Investimento	2.806	169	-	2.975
Participação União, Estados e Municípios	6.458	1.156	-	7.614
	39.054	943	-	39.997
Total	554.582	7.303	(6.744)	555.141

A taxa média de amortização das obrigações especiais foi apurada levando-se em consideração as unidades de cadastro da atividade de distribuição.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. Fornecedores

A composição das contas “Fornecedores - suprimento”, “Transmissão de energia elétrica” e “Materiais e serviços” é a seguinte:

	31.3.2009	31.12.2008
Suprimento:		
Itaipu - Repasse (Eletrobrás)	210.413	198.574
Contratos bilaterias - AES Tietê	197.505	188.458
Contratos bilaterias - AES Uruguaiana	783	2.905
Contratos bilaterias - outros	1.068	877
Energia no curto prazo - CCEE	9.582	18.102
Energia livre - Outros	19.036	19.036
Uso de rede básica	89.590	87.305
Encargos do serviço do sistema - CCEE	5.063	28.718
Conexão à rede básica	7.855	7.855
Transmissão	8.180	8.303
Uso do sistema de distribuição	1.911	2.287
Operador Nacional do Sistema - ONS	1.924	2.578
Leilão - CCEAR	172.590	136.197
Subtotal	725.500	701.195
Materiais e Serviços	85.451	107.759
Total	810.951	808.954

12. Tributos e Contribuições Sociais

	31.3.2009	31.12.2008
CIRCULANTE		
Contribuição social	33.323	49.931
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviço - ICMS	269.674	277.296
Cofins	43.248	44.627
Pis	9.390	9.689
Imposto de renda - corrente	100.290	89.448
PIS - Parcelamento	78.332	76.526
Outros	11.322	21.264
Total	545.579	568.781
NÃO CIRCULANTE		
PIS - Parcelamento	19.168	37.848
Outros	450	572
Total	19.618	38.420

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Encargos de Dívidas

a) **Composição:**

	31.3.2009	31.12.2008
<u>ENCARGOS DE DÍVIDAS</u>		
Moeda estrangeira	14	3
Moeda nacional	58.517	100.494
Total	58.531	100.497
<u>PRINCIPAL - CIRCULANTE</u>		
Moeda estrangeira	27.221	27.477
Moeda nacional	19.804	22.953
Total	47.025	50.430
<u>PRINCIPAL - NÃO CIRCULANTE</u>		
Moeda estrangeira	120	139
Moeda nacional	1.893.289	1.893.811
Total	1.893.409	1.893.950
Total geral	1.998.965	2.044.877

b) **Moeda Estrangeira:**

	31.3.2009					
	Vencimento	Moeda	(% a.a.) (*)	Encargos	Circulante	Não Circulante
Banco do Brasil S.A. (Lei nº 7976/89)	2009	US\$	L+0,8125	14	27.187	-
STN - Resolução nº 96/93	2013	US\$	6	-	34	120
Subtotal				14	27.221	120

(*) L = Libor

	31.12.2008					
	Vencimento	Moeda	(% a.a.) (*)	Encargos	Circulante	Não Circulante
Banco do Brasil S.A. (Lei nº 7976/89)	2009	US\$	L+0,8125	-	27.442	-
STN - Resolução nº 96/93	2013	US\$	6	3	35	139
Subtotal				3	27.477	139

(*) L = Libor

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Moeda Nacional:

31.3.2009					
	Vencimento	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante
RELUZ - Eletrobrás	2009	5	-	5.945	-
Debêntures - 9ª Emissão	2018	CDI+1,75	3.346	-	250.000
Debêntures - 10ª Emissão	2013	CDI+0,90	3.271	-	600.000
Debêntures - 11ª Emissão	2018	CDI+1,75	11.632	-	200.000
Euro Real Bonds	2010	19,125	24.465	-	474.060
Cédulas de Crédito Bancário (CCB's)	2015	CDI+1,20	15.528	-	300.000
Arrendamento mercantil (*)			-	13.859	69.229
Outros			275	-	-
Total			58.517	19.804	1.893.289

31.12.2008					
	Vencimento	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante
RELUZ - Eletrobrás	2009	5	-	8.917	-
Debêntures - 9ª Emissão	2018	CDI+1,75	13.853	-	250.000
Debêntures - 10ª Emissão	2013	CDI+0,90	25.387	-	600.000
Debêntures - 11ª Emissão	2018	CDI+1,75	4.827	-	200.000
Euro Real Bonds	2010	19,125	50.369	-	474.060
Cédulas de Crédito Bancário (CCB's)	2015	CDI+1,20	5.783	-	300.000
Arrendamento mercantil (*)			-	14.036	69.751
Outros			275	-	-
Total			100.494	22.953	1.893.811

(*) Em função da adoção do disposto no artigo 1º da Lei nº 11.638/07, que deu, entre outras, nova redação ao artigo 183 da Lei nº 6.404/76, a Companhia reconheceu os ativos relacionados aos contratos de arrendamento mercantil, locação e outros contratos de fornecimento classificados como leasing em contrapartida a rubrica de empréstimos e financiamentos.

d) Em 31 de março de 2009, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Moeda estrangeira		Moeda nacional
	US\$ mil	R\$	R\$
2010	7	17	527.809
2011	15	34	253.198
2012	15	34	253.138
2013	15	35	253.138
2014	-	-	53.158
2015	-	-	128.159
2016	-	-	178.159
2017	-	-	28.159
2018	-	-	178.159
Após 2018	-	-	40.212
	52	120	1.893.289

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. Obrigações com Entidade de Previdência Privada

A Companhia patrocina um plano de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. Referido plano é administrado pela Fundação Cesp.

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro de 2008, seguindo os critérios determinados pela Deliberação CVM nº 371/00, o passivo atuarial da Companhia é conforme segue:

a) Avaliação atuarial:

	31.12.2008
Número de participantes ativos	3.682
Número de participantes inativos	12.666
Total	16.348

	31.12.2008
Valor presente da obrigação atuarial	7.360.857
Valor justo dos ativos do plano	(5.757.904)
Obrigação descoberta	1.602.953
Ganho atuarial não reconhecidos	521.412
Passivo registrado em 31 de dezembro de 2008 - líquido	2.124.365

b) Conciliação contábil do passivo registrado (circulante e não circulante):

	31.3.2009	31.12.2008
Saldo inicial	2.124.365	2.327.255
Despesa do exercício/trimestre	45.183	88.145
Ajuste relatório atuarial	-	(62.572)
Pagamentos de contribuições e confissões de dívidas no período (i)	(82.691)	(227.683)
Outros	-	(780)
Saldo final	2.086.857	2.124.365

	31.3.2009	31.12.2008	Parcelas Restantes	Vencimento Final
(i) Segregação dos pagamentos por modalidade				
Confissão de dívida Ila	(19.915)	(29.855)	157	30.04.2022
Confissão de dívida Ilb	(10.335)	(15.492)	157	30.04.2022
Contrato de ajustes de reserva matemática	(51.147)	(178.897)	229	30.04.2028
Contribuição Empresa - Plano misto (BD/CD)	(1.294)	(3.439)	mensal	indeterminado
	(82.691)	(227.683)		

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Equacionamento financeiro com a Fundação Cesp:

	31.3.2009	31.12.2008
Saldo das confissões de dívidas registrado	619.324	635.003
Parcela do contrato de ajuste de reserva registrada	1.467.465	1.489.362
Outras obrigações a pagar	68	-
Subtotal - saldo registrado (a)	2.086.857	2.124.365
Saldo do contrato de ajuste de reserva - não registrado (*)	888.608	896.639
Saldo total dos contratos formalizados	2.975.465	3.021.004

(*) A parcela do contrato de ajuste de reserva não registrada, no montante de R\$ 888.608 (R\$ 896.639, em 31 de dezembro de 2008), é decorrente da diferença de premissas utilizadas pela Companhia para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 371/00 e aquelas utilizadas pela Fundação Cesp (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento das Resoluções do Conselho Geral de Previdência Complementar, órgão regulador dos fundos de pensão. Por ter o referido contrato de confissão de dívida um montante variável e ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação Cesp, essa diferença será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

As operações com a Fundação Cesp estão detalhadas conforme segue:

	31.3.2009		31.12.2008	
	Saldo do contrato	Diferença	Contabilizado	Contabilizado
Empréstimos e financiamentos:				
Confissão de dívida IIa (i)	407.731	-	407.731	418.052
Confissão de dívida IIb (ii)	211.593	-	211.593	216.951
Contrato de ajustes de reserva matemática (iii)	2.356.073	(888.608)	1.467.465	1.489.362
Subtotal	2.975.397	(888.608)	2.086.789	2.124.365
Outras contribuições a pagar	-	-	68	-
Total	2.975.397	(888.608)	2.086.857	2.124.365
Circulante	337.626	-	337.626	258.385
Não Circulante	2.637.771	(888.608)	1.749.231	1.865.980
Total	2.975.397	(888.608)	2.086.857	2.124.365

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (i) Refere-se a Instrumento Particular de Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras Avenças, assinado em 11 de fevereiro de 1999, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e aditado pela segunda vez em 29 de setembro de 2006, para pagamento em 196 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2005. Esse contrato é corrigido por índice contratualmente estipulado: IGP-DI + 6% ao ano ou variação da TR + 8% a.a., dos dois o maior.
- (ii) Refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela Fundação Cesp à Companhia, em 31 de dezembro de 1999, aditado pela segunda vez em 29 de setembro de 2006, para pagamento em 196 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2005. As parcelas mensais são corrigidas pela variação da TR + 8% ao ano ou por IGP-DI + 6% ao ano, deles o que for maior.
- (iii) Refere-se ao saldo líquido das reservas a amortizar, déficit e superávit técnico do BSPS, aditado pela segunda vez em 12 de agosto de 2008, para pagamento em 244 parcelas mensais, a partir de 31 de janeiro de 2008. Esse saldo é corrigido mensalmente pelo custo atuarial e ajustado anualmente com base na avaliação atuarial.
- (d) **Despesas do exercício:**

A composição das despesas anuais relacionadas ao Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão - PSAP e ao Plano de Contribuição Definida, tanto a apropriada em 2008 como a ser apropriada em 2009, é como segue:

	2009 Estimada
<u>Plano de benefício definido</u>	
Custo do serviço corrente bruto	16.577
Contribuições dos participantes	(3.918)
<u>Custo do serviço corrente líquido</u>	<u>12.659</u>
Juros sobre a obrigação atuarial	848.390
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(680.432)
Custo do serviço passado não reconhecido	70
Total geral - anual	<u><u>180.687</u></u>

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. Provisões para Litígios e Contingências

	Passivo				Ativo		
	31.12.2008	Atualizações/	Baixas	Transferências	Depósito judicial		
		Ingressos			31.3.2009	31.3.2009	31.12.2008
Trabalhista (a)	418.490	38.580	(27.038)	-	430.032	388.599	390.453
Cofins (b)	832.404	11.180	-	-	843.584	-	-
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (c)	39.987	333	(6.145)	-	34.175	26.716	30.921
Processos cíveis (d)	69.215	2.757	(12.784)	-	59.188	-	-
Processos administrativos - prefeituras (e)	1.580	-	-	-	1.580	-	-
Processos fiscais (f)	46.736	5.003	(6)	-	51.733	126.754	118.071
Meio Ambiente	23.239	-	(4.541)	-	18.698	-	-
Outros	21.162	3.223	(188)	-	24.197	110	104
Total geral	1.452.813	61.076	(50.702)	-	1.463.187	542.179	539.549
Circulante	229.778	191	(50.702)	23.983	203.250	-	-
Não Circulante	1.223.035	60.885	-	(23.983)	1.259.937	542.179	539.549
Total geral	1.452.813	61.076	(50.702)	-	1.463.187	542.179	539.549

- a) **Trabalhista:** os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e insalubridade e equivalência salarial para o desempenho de funções similares. Os valores dos depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas são decorrentes da necessidade de constituições de depósitos judiciais correspondentes aos valores de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do pleito.
- b) **Cofins:** a Companhia impetrou Mandado de Segurança questionando a constitucionalidade das modificações do ato da autoridade legislativa nos termos da Lei nº 9.718/98, referente aos artigos 3º e 8º, mantendo provisionada a parcela da Cofins acrescida dos encargos relativos à atualização monetária dos valores devidos referentes à majoração da alíquota de 2% para 3% e ampliação da base de cálculo. Em 29 de outubro de 2007, o Tribunal Regional Federal julgou recurso da União Federal e manifestou-se pela inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo desta contribuição e pela validade do aumento de alíquota. Contra tal decisão, a Companhia apresentou recurso em 5 de novembro de 2007, o qual foi julgado, em 10 de junho de 2008, desfavoravelmente à Companhia. Em 1º de julho de 2008, a Companhia apresentou recurso de embargos de declaração, o qual foi julgado em 23 de setembro de 2008. Tal recurso não alterou a decisão acima mencionada e a parte da decisão que entendeu válida a majoração da alíquota se tornou definitiva.

No entanto, tendo em vista que a Companhia continua discutindo a cobrança de tais valores com fundamento na ocorrência de decadência do direito da União Federal de lançar/constituir esta contribuição, a mesma tomou a decisão de não efetuar o pagamento dessa obrigação. Contudo após decorrido o prazo de 30 dias, (Artigo 63 da Lei nº 9.430/96), contados à partir de 23 de setembro de 2008 para quitação dessa obrigação legal, sem a incidência de multa moratória de 20%, a Companhia registrou a multa de R\$ 71.500.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No que tange à parte da decisão relativa à ampliação da base de cálculo, a União Federal tomou conhecimento da mesma em 13 de outubro de 2008 e apresentou recurso às instâncias superiores dentro do prazo legal. Contudo, mesmo diante destes recursos, a Companhia, apoiada em opiniões legais e de especialista contábil, concluiu que a decisão é irreversível, em razão dos fortes precedentes dos Tribunais Superiores favoráveis à demandas análogas à da Companhia e na análise do conteúdo dos recursos apresentados pela União. Diante disto, em dezembro de 2008, a Companhia reverteu o passivo relativo a demanda, no montante de R\$ 190.654. Em março de 2009 a ação transitou em julgado, a favor de Companhia.

O saldo remanescente referente à majoração da alíquota, foi formado por valores dos meses de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 e que em 31 de março de 2009 está assim composto.

	Período	Principal	Multa	Juros	Total
Majoração de alíquota	Fev/99 a Jan/04	357.501	71.500	395.775	824.776
Noventena	Mai/04 a Jul/04	11.461	-	7.347	18.808
Total geral		368.962	71.500	403.122	843.584

A partir de fevereiro de 2004, a Companhia passou a reconhecer e a recolher os valores da Cofins, apurados na modalidade não-cumulativa, na forma da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

- c) Plano Cruzado - reajuste de tarifa: refere-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Foram revisados os processos e alguns tiveram seus valores alterados amparados em decisões transitadas em julgado que extinguiram em parte os processos relativamente ao valor do principal. Atualmente os processos prosseguem apenas com relação à parte controversa, resultante da diferença de cálculo do principal apresentado pelas partes.
- d) Processos cíveis: existem processos cíveis de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.
- e) Processos Administrativos - prefeituras: existem processos administrativos de prefeituras municipais de natureza administrativa. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- f) Processos fiscais: existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

Conforme preceitua o pronunciamento do IBRACON por meio da Norma e Procedimento de Contabilidade NPC 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 3 de outubro de 2005, seguem resumidas abaixo as discussões judiciais classificadas como de probabilidade de perdas possíveis, e portanto, ainda não registradas contabilmente. A avaliação das probabilidades está embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia em 31 de março de 2009.

Notas	Valor de Contingência Estimada	
	31.3.2009	
15.1	Eletróbrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/86	956.613
15.2	Ação Civil Pública - Represa Billings	533.517
15.3	SIEESP - Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica SP	12.642
15.4	Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado
15.5	Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado
15.6	Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal	Não determinado
15.7	Abertura de Agências - Ação Civil Pública	Não determinado
15.8	Contas Vencidas - Ação Civil Pública	Não determinado
15.9	Ação Indenizatória - Volkswagen	1.472
15.10	Autuação PCLD - Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	33.042
15.11	Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRABE e ANDEC	Não determinado
15.12	COSIP - repasse	1.718
15.13	Ação Popular - Maruzan Conrado	12.334
15.14	Baixa Renda - Ação Civil Pública	Não determinado
15.15	DER - Remanejamento de postes	Não determinado
15.16	Ecovias - Remanejamento de postes	Não determinado
15.17	Ecovias - Uso do solo	Não determinado
15.18	AIT	70.593
15.19	Ação Civil Pública - City Boaçava	Não determinado
15.20	Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado
15.21	Swap Banco Santos	95.411
15.22	IRPJ e CSLL - Dedutibilidade - Previdência Privada	Alteração de classificação de risco
15.23	Recolhimento do FGTS	70.797
15.24	PASEP - Suspensão de Exigibilidade	36.902
15.25	FGTS - Moradia	8.726
15.26	NFLDs - Execuções Fiscais	41.588
15.27	CPMF - Operações Simbólicas	3.162
15.28	CSLL - Base Negativa	90.911
15.29	IRPJ e CSLL - Overseas	558.276
15.30	Execuções Fiscais Municipais - Diversas	17.688

15.1) Eletrobrás - Contrato de Financiamento

Em novembro de 1986 a empresa Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1046/86 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Tendo-se em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em Dezembro de 1998 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1046/86, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 04 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S.A. (Companhia), Bandeirante Energia S/A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S/A. (EPTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1046/86 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do já mencionado Contrato, reconhecendo que a Eletropaulo Estatal estava em mora com a Eletrobrás.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ao não enviar os termos da Sentença para uma reanálise do TJRJ, na medida em que não apresentou quaisquer dos Recursos cabíveis à época em que as ações foram sentenciadas, a Eletropaulo Estatal sagrou-se perdedora em todas as questões referentes à correção monetária do referido Contrato de Financiamento.

Em Setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais das empresas Companhia (90,11%) e CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da Companhia de valor que corresponde aos atuais R\$ 936.838, quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento, devidamente atualizado até Dezembro de 2008.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da Companhia e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela Companhia, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a empresa não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1046/86, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTE, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhe foi desfavorável a Eletrobrás, em Dezembro de 2003, apresentou Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas à cassação da decisão do TJRJ. Por sua vez, a CTEEP, em março de 2004, também buscou a reversão da decisão do TJRJ através de Recursos aos Tribunais Superiores.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sem adentrar nos mérito dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006, o STJ reverteu a decisão que eximia a Companhia de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, mais importante, a excluía da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (Companhia, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Contra esta decisão perante o STJ foram interpostos, em dezembro de 2006 recurso de “Embargos de Declaração”, em abril de 2007 “Embargos de Divergência”, e “Recurso Extraordinário”, sendo que todos os recursos não foram decididos em favor da Companhia.

Em novembro de 2007 e outubro de 2008, o STJ e o STF, respectivamente, mantiveram a decisão que determinou o retorno do processo à primeira instância (5ª Vara Cível). Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância.

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a Companhia e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa a obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1046/86. Em setembro de 2008, a Companhia apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.

No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de “Liquidação de Sentença por Arbitramento” perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor da dívida em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença por Arbitramento, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a Companhia a qualquer momento, sendo que quando tal fato acontecer, para que a Companhia possa se defender será necessário apresentar garantia nos termos do CPC.

Ainda de acordo com o disposto no CPC, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a Companhia realizará um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa. Porém tais fatos não alterarão a classificação de risco.

Os assessores legais da Companhia afirmam que as decisões citadas acima bem como o eventual levantamento da garantia ofertada pela Companhia em nada mudam o mérito, mantendo a classificação de êxito como possível. Desta forma, de acordo com o que preceitua o NPC 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 3 de outubro de 2005, não é requerido qualquer provisão no encerramento do primeiro trimestre de 2009.

15.2) Ação Civil Pública - Represa Billings

O Ministério Público Estadual ajuizou ação de reparação de danos ambientais contra Sabesp, Cetesb, Departamento de Águas do Estado de SP e Eletropaulo Estatal, alegando dano ambiental em face do bombeamento das águas dos rios Pinheiros e Tietê para a Represa Billings.

Referida ação foi devidamente contestada, sendo que durante seu curso foi realizada perícia que concluiu pela existência de danos ambientais, o que foi prontamente rechaçado, restando determinada a realização de nova perícia em primeira instância. Entretanto, ante ao silêncio do novo perito judicial foi proferida sentença acolhendo os pleitos do Ministério Público com base no contido no primeiro laudo pericial apresentado.

Contra a condenação ao pagamento dos danos ambientais a AES Eletropaulo apresentou o recurso cabível perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), sendo certo que no dia 12 de março do corrente ano a Câmara Ambiental do mencionado Tribunal acolheu os termos do recurso apresentado pela empresa e reverteu o julgamento outrora desfavorável.

De acordo com a análise preliminar feita pelo escritório que patrocina os interesses da AES Eletropaulo no processo, a chance de reversão da nova decisão do TJSP é mínima, sendo certo que com a publicação de seu inteiro teor será possível proceder com a reanálise do risco que a demanda representa para a Companhia.

15.3) SIEESP - Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo

O SIEESP - Sindicato das Industrias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo, na qualidade de representante das empresas AES Eletropaulo, CPFL e CESP propôs medida judicial visando a inexigibilidade do pagamento do tributo RGR (Reserva Global de Reversão) que é recolhido pela ANEEL.

Por conta da sentença que lhe foi desfavorável e da decisão que reconheceu serem devidos honorários advocatícios à ordem de R\$ 41.818, o SIEESP apresentou os recursos competentes ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, os quais aguardam julgamento.

Tendo-se em vista a condenação do SIEESP na qualidade de representante da companhia, a referida demanda representa à AES Eletropaulo um risco de pagamento no montante de R\$ 12.642 a título de honorários advocatícios, valor que, a princípio só caberia ao Sindicato.

15.4) Enquadramento de Consumidores na Tarifa Baixa Renda - Ação Civil Pública

Ação Civil Pública aforada pelo Ministério Público Federal visando ampliar o conceito da legislação setorial, para enquadrar um maior número de consumidores na classe baixa renda, com pedidos de multa diária e devolução de valores supostamente cobrados a maior.

15.5) Revisão Tarifária – Exclusão de Valores – Contratos Bilaterais

O Ministério Público Federal propôs Ação Civil Pública requerendo a condenação definitiva da ANEEL a não fazer qualquer reposicionamento tarifário futuro, utilizando no cálculo da tarifa de energia elétrica valores contratados entre a concessionária e empresas do mesmo grupo econômico, nos contratos bilaterais, supostamente superiores aos valores praticados no mercado; obrigação de fazer de aditar os valores considerados nos reajustes e revisões tarifárias; editar instrumento normativo que permita participação de sociedade civil por ocasião de auditorias; e,

15.6) Revisão Tarifária - Benefício Fiscal

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública requerendo a condenação definitiva da ANEEL a incluir na composição tarifária da Companhia os valores de benefícios fiscais relativos aos juros sobre capital próprio; obrigação de aditar os valores considerados nos reajustes e revisões tarifárias; e, em relação à Companhia, requereu que esta seja obrigada a devolver em dobro, acrescidos de correção monetária e juros legais, os valores supostamente cobrados indevidamente.

15.7) Abertura de Agências - Ação Civil Pública

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública visando a adequação da Companhia às normas da ANEEL referentes à implantação de postos de atendimento ao consumidor, totalizando 106 agências, além de manter em funcionamento 124 postos de atendimento, assim como requer a condenação da ré ao pagamento de danos morais, requerendo a antecipação de tutela para a abertura imediata de postos de atendimento.

15.8) Ação Civil Pública – Contas vencidas

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública visando apurar supostas práticas de cobrança de valores em aberto que estariam em desacordo com a legislação vigente.

De acordo com o Ministério Público Federal, uma grande massa de consumidores teria buscado auxílio nos Procons da área de concessão por conta da cobrança de valores que estariam acrescidos de juros moratórios em desacordo com a legislação vigente e que seriam referentes a contas de luz vencidas há mais de 5 anos e a débitos que teriam sido contraídos por terceiros.

15.9) Ação Indenizatória - Volkswagen

Ação indenizatória movida pela Volkswagen, por meio da qual pretende indenização por supostas falhas no fornecimento de energia elétrica pela Eletropaulo, que teriam ocasionado danos e prejuízos à montadora.

15.10) Autuações PCLD

Duas ações ajuizadas contra autos de infração lavrados contra a Eletropaulo pela ANEEL, em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa. Ambas as ações foram julgadas improcedentes, sendo que contra as decisões prolatadas foram interpostos os Recursos cabíveis, os quais aguardam julgamento pelo Tribunal competente. De acordo com o último cálculo apresentado pela ANEEL o valor atualizado apresenta o valor de R\$ 33.042. Das análises realizadas pelos Advogados Externos da Eletropaulo, conclui-se que as chances de perda destas demandas são possíveis, isso porque ainda não existe precedente sobre a questão discutida nos dois processos.

15.11) Ação Civil Pública Plano Cruzado – ASSOBRAE e ANDEC

A ASSOBRAEE alega que a Companhia, nos meses de março a novembro de 1986, teria se beneficiado do aumento supostamente ilegal de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias nº 38/86 e 45/86 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (“DNAEE”) durante a vigência do Plano Cruzado. À vista disso, requer a devolução dos valores pagos por todos os usuários de energia elétrica naquele período.

15.12) COSIP - repasse

Visa o repasse mensal dos valores arrecadados a título de COSIP, pela Companhia, sem necessidade prévia de apuração de haveres, bem como o pagamento de multa, custas processuais e honorários decorrente do atraso no repasse dos meses 12/2004, 01/2005 e 02/2005. Referida multa apresenta valor histórico de R\$ 1.718

15.13) Ação Popular - Maruzan Conrado

O autor requer sejam desconstituídos os “Termos de Confissão de Dívida” firmados pelo co-réu Fernando Fernandes Filho com as co-rés Companhia e Sabesp, bem como sejam ressarcidos os danos supostamente causados ao erário. De acordo com o autor, o TCD firmado com a Companhia trata dos valores em aberto por conta dos acordos firmados em 28/07/2000 e 19/09/2002 e pelo consumo durante o período de 23/09/2002 até a assinatura do novo TCD, no valor histórico de R\$ 12.334.

15.14) Baixa Renda - Ação Civil Pública

Pretende enquadrar como baixa renda todos aqueles incluídos nos empreendimentos habitacionais implementados pelo Poder Público, ainda que com participação da iniciativa privada, bem como a devolução dos valores cobrados a mais destes consumidores.

15.15) DER - Remanejamento de Postes

O Departamento de Estradas e Rodagem (DER) ajuizou ação visando obrigar a Companhia a remanejar os postes para distribuição de energia instalados nas margens de determinada rodovia por ela administrada sem o pagamento dos custos em virtude da obra de sua duplicação.

15.16) Ecovias - Remanejamento de Postes

A Ecovias ajuizou ação visando obrigar a Companhia a remanejar os postes nas rodovias por ela administradas ou colocar defensas metálicas, sem qualquer ônus para a Ecovias.

15.17) Ecovias - Uso do Solo

A Ecovias ajuizou ação contra a Companhia, visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes.

15.18) AIT

A AIT pretende a condenação da Companhia ao pagamento de indenização por suposto término indevido do contrato 50042010091 de prestação de serviços firmado entre as partes, reclamando o pagamento de indenização pela AES Eletropaulo referente aos valores que a empresa despendeu com as rescisões trabalhistas que teve de realizar, com os tributos devidos por conta da prestação de serviços esperada, bem como os encargos dos empréstimos que precisou contrair para continuar com sua atividade. Ante aos trabalhos apresentados pelo perito judicial nomeado pelo Juízo da 6ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro é possível estimar que a demanda apresenta um valor de R\$ 70.593, em 31 de março de 2009.

15.19) Ação Civil Pública - City Boaçava

Ação Civil Pública que visa impedir a construção de reforço na linha de transmissão LTA Pirituba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem nas imediações da linha de transmissão.

15.20) Ação Civil Pública - Sociedade Amigos Dos Jardins - ETD Panorama

Ação Civil Pública que visa impedir a construção da ETD Panorama. A alegação é de que as radiações produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem nas imediações da linha de transmissão.

15.21) Swap Banco Santos

A Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2008 um contas a pagar relacionado a operações vencidas, no montante de R\$ 244,5 milhões, com o Banco Santos S.A., o qual teve sua falência decretada em 20 de setembro de 2005.

Em 11 de dezembro de 2008, a Companhia firmou um acordo com a massa falida do Banco Santos S.A., na forma de um Instrumento Particular de Transação, para encerrar as ações judiciais em curso, o qual foi homologado em 22 de janeiro de 2009 pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo. Em decorrência da homologação de tal acordo, em 29 de janeiro de 2009 a Companhia realizou pagamento no valor de R\$ 151,2 milhões, visando quitar, desta forma, o saldo total relativo a tais contratos.

Por conta de recurso apresentado pelo Falido, e da conseqüente ausência do trânsito em julgado da decisão homologatória, a presente demanda teve de ser mantida ativa, assumindo um novo valor de R\$ 95.411 em 31 de março de 2009, que corresponde à diferença entre os valores em aberto dos contratos e o valor efetivamente pago.

15.22) IRPJ e CSLL - dedutibilidade - previdência privada (PSAP)

Neste trimestre os consultores jurídicos da Companhia alteraram a classificação de risco desta contingência de possível para remota, tendo em vista a decisão do conselho de contribuintes publicada em abril de 2009.

15.23) Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Trata-se de três notificações referentes ao período de janeiro de 1993 a setembro de 1998, lavradas em 5 de novembro de 1998, por suposta ausência de recolhimento do FGTS. A fiscalização identificou que a Companhia teria deixado de computar parcelas integrantes da remuneração dos empregados, sonegando recolhimentos fundiários e identificando empregados em situação irregular.

A Companhia apresentou defesa e recurso administrativo alegando, em resumo, além de nulidade, afronta ao princípio da legalidade, eis que as notificações se limitam às diferenças dos lançamentos contábeis no livro razão em relação à folha de pagamento para extrair o fato gerador da obrigação contributiva do FGTS, constituindo, ademais, verdadeira presunção. A defesa e o recurso administrativos, no entanto, foram indeferidos.

Assim, com o encerramento do processo administrativo, em 22 de março de 2007, esses débitos foram inscritos na dívida ativa no valor total de R\$ 63.600. Em 23 de março de 2007, a Companhia ajuizou ação cautelar e obteve liminar suspendendo a exigibilidade deste débito até decisão final.

15.24) PASEP - Suspensão de Exigibilidade - Débitos apurados no Processo Administrativo 10880.036851/90-51

Trata-se de Mandado de Segurança interposto com o objetivo de suspender a exigibilidade de supostos débitos de PASEP apurados no Processo Administrativo nº 10880.036851/90-51, bem como afastar todo e qualquer procedimento tendente à inscrição dos mesmos no CADIN e na Dívida Ativa da União Federal e, portanto, sua cobrança judicial.

A liminar foi indeferida e o crédito inscrito na Dívida Ativa da União. Diante disto, a Companhia distribuiu Ação Cautelar, na qual foi deferida a medida liminar que suspendeu a exigibilidade do crédito mediante apresentação de fiança bancária.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15.25) FGTS - Moradia

A Companhia propôs Ação Anulatória de Débito Fiscal visando afastar a incidência de FGTS sobre as casas oferecidas aos funcionários que realizavam obras para a empresa. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Companhia. Atualmente aguarda julgamento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional.

15.26) NFLDs - Execuções Fiscais

O INSS propôs três Execuções Fiscais (2007.61.82.006923-8, 2005.61.82.000188-0 e 2005.61.82.000187-8) visando a cobrança de supostos créditos tributários não recolhidos a título de contribuições previdenciárias, apurados nos autos dos processos administrativos 350034290, 354166450, 350034273, 350034281 e 354166476. Atualmente, ambas as Execuções aguardam julgamento em Primeira Instância.

15.27) CPMF - Operações Simbólicas

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela Companhia visando o reconhecimento da não incidência de CPMF sobre operações simbólicas de compra e simultânea venda de moeda estrangeira. Depósito judicial integral em 18.02.2005 no valor de R\$ 1.811. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Companhia. Diante disso, a Fazenda Nacional apresentou recurso perante Tribunal Regional Federal, o qual, até a presente data, aguarda julgamento.

15.28) CSLL - Base Negativa

A Companhia propôs Ação Declaratória visando afastar a aplicação da Medida Provisória nº. 2.158-35/2001, que determinou que as empresas objeto de cisão não poderiam utilizar créditos de base negativa de CSLL. Ocorre que a Companhia já realizou a compensação dos créditos de base negativa de CSLL, no montante de R\$ 90.911 em 31.03.2009, certa de que a Medida Provisória acima mencionada não teria efeito sobre tais créditos em razão do princípio da irretroatividade das normas. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Companhia. Atualmente aguarda julgamento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional.

15.29) IRPJ - Overseas

Em 19 de dezembro de 2007, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil por, supostamente, ter deixado de oferecer à tributação de IRPJ e CSLL (i) os lucros auferidos por intermédio de sua Controlada, Metropolitana Overseas II Limited (extinta em 2007), com sede nas Ilhas Cayman, e (ii) os rendimentos obtidos por consequência de determinado contrato de mútuo celebrado entre duas empresas. A Fazenda Nacional sustenta suas alegações, em síntese, nos seguintes pontos: (i) deveria ser aplicada a taxa de câmbio vigente em 31.12.2002 sobre o total dos lucros auferidos nos anos-calendários de 2000 e 2001, nos termos do art. 74 da MP nº 2.158/01; (ii) que a Companhia deveria ter oferecido à tributação o resultado positivo da equivalência patrimonial dos recursos direcionados à Overseas no ano de 2002; (iii) que nos anos de 2002, 2003 e 2004, a Companhia deveria ter aplicado a taxa de juros mínima exigida pela legislação brasileira (taxa LIBOR, acrescida de 3%) ao contrato de mútuo celebrado entre duas empresas; e (iv) que as bases de cálculo de IRPJ e CSLL relativas ao ano-calendário de 2002 deveriam ter sido ajustadas ao que restou decidido nos autos do Processo Administrativo nº. 19515.000234/2005-06. Feito o pagamento do valor relativo ao item (iii) acima, a Companhia apresentou defesa administrativa que ainda pende de julgamento em Segunda Instância Administrativa.

Em decorrência os itens supracitados, a fiscalização aponta débitos de:

Controlada Eletropaulo			
Débitos 31.3.2009	IRPJ	CSLL	Total
Principal	169.675	39.753	209.428
Juros de Mora	159.158	32.619	191.777
Multa - 75%	127.256	29.815	157.071
Total	456.089	102.187	558.276

15.30) Execuções Fiscais Municipais - Diversas

Trata-se de Execuções Fiscais, com chance de perda possível, promovidas por diversas Municipalidades que buscam o recolhimento de supostos débitos, tais como IPTU, ISS, Taxas Municipais, Multas Posturais, entre outros.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. Outras Obrigações (Passivo Circulante e Não Circulante)

	31.3.2009	31.12.2008
<u>CIRCULANTE</u>		
Empréstimo compulsório Eletrobrás	4.482	4.529
Brasil Ferrovias S.A.	3.258	3.257
Pagamento em Duplicidade - Baixa Tensão	3.257	3.257
Programa Baixa Renda	3.528	3.528
IPTU - Outras prefeituras	539	770
Consumidores - Acordo USP	-	279
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	32.868	44.970
Taxa de fiscalização - ANEEL	1.365	1.365
Devolução - Obrigações Vinculadas à Concessão	30.844	32.999
Outras	37.637	31.204
Total	117.778	126.158
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Obrigações Estimadas	2.880	2.313
Outras	2.721	2.469
Total	5.601	4.782

17. Capital Social e Reserva de Reavaliação

a) **Capital social**

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.248.680, sendo R\$ 1.082.900 em ações ordinárias e R\$ 2.165.780 em ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Em 31 de março de 2009 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.057.629.

Em 1º de abril de 2008, as ações da Companhia foram grupadas em uma razão de 250 ações para 1 ação. Sendo assim, nesta data o capital social da Companhia passou a ser representado por 167.343.887 ações, sendo 66.604.817 ações ordinárias e 100.739.070 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Composição acionária

Acionistas	Tipo	31.3.2009 e 31.12.2008	
		Quantidade	%
AES Elpa S.A.	ON	51.825.798	30,97
União Federal	ON	13.342.384	7,97
Outros	ON	1.436.635	0,86
Subtotal	ON	66.604.817	39,80
Outros	PNA	2.369.349	1,42
Companhia Brasileira de Energia	PNB	7.434.391	4,44
Light Participações - LIGHTPAR	PNB	2.095.644	1,25
Outros	PNB	88.839.686	53,09
Subtotal	PNB	98.369.721	58,78
Total das ações		167.343.887	100,00

c) Reserva de reavaliação

Em 31 de março de 2009 o saldo correspondente à reserva de reavaliação montava R\$ 2.126.748 (R\$ 2.142.917 em 31 de dezembro de 2008), e está sendo apresentado líquido do imposto de renda e contribuição social sobre o valor da reavaliação dos bens depreciables. Os efeitos tributários sobre realização, por alienação ou baixa, de reserva de reavaliação de terrenos, são reconhecidos diretamente em conta de lucros acumulados, no momento da alienação ou baixa do respectivo terreno.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. Receita Operacional Líquida

	1.1.2009 a 31.3.2009			1.1.2008 a 31.3.2008		
	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$
Fornecimento de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	5.457.621	3.493.573	975.509	5.247.678	3.411.834	871.794
Industrial	30.889	1.327.047	339.968	31.440	1.534.914	347.914
Comercial	360.811	2.656.940	718.645	359.292	2.550.953	630.966
Rural	807	6.352	848	792	6.836	834
Poder Público:						
Federal	1.148	35.220	9.679	1.092	56.227	14.284
Estadual	3.936	136.120	37.121	3.694	111.585	28.489
Municipal	8.470	94.285	27.970	8.203	89.871	23.972
Iluminação pública	1.483	226.154	32.935	1.427	217.771	29.151
Serviço público	1.209	142.488	30.366	1.170	137.774	26.860
Encargo de capacidade emergencial	-	-	6	-	-	6
Subtotal - Fornecimento	5.866.374	8.118.179	2.173.047	5.654.788	8.117.765	1.974.270
Outras						
Revisão Tarifária - Ajustes - Amortização	-	-	(2.398)	-	-	-
Transmissoras	-	-	12.461	-	-	9.085
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	-	-	12.190	-	-	32.283
CVA Energia/Transporte/Encargos Setoriais/Itens Financeiros	-	-	14.716	-	-	35.118
Não faturado	-	-	30.825	-	-	49.330
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	215	1.573.277	98.023	225	1.852.772	112.132
Energia no curto prazo	-	-	1.734	-	-	3.883
Outras receitas	-	-	21.492	-	-	20.431
Quota para Reserva Global de Reversão	-	-	(14.853)	-	-	(13.891)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(6)	-	-	(6)
Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(19.022)	-	-	(18.481)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(83.059)	-	-	(82.329)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - CVA	-	-	(1.386)	-	-	(5.609)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(81.939)	-	-	(74.484)
Conta de Consumo de Combustível - CCC - CVA	-	-	(39.013)	-	-	(31.979)
Encargos do Consumidor - outros encargos (Proinfa)	-	-	(3.972)	-	-	(2.291)
Cofins - corrente	-	-	(221.016)	-	-	(204.315)
Cofins - diferido	-	-	-	-	-	(1.235)
Pis - corrente	-	-	(47.984)	-	-	(44.358)
Pis - diferido	-	-	-	-	-	(443)
ISS	-	-	(170)	-	-	(121)
Subtotal - Outras	215	1.573.277	(323.377)	225	1.852.772	(217.280)
Total geral	5.866.589	9.691.456	1.849.670	5.655.013	9.970.537	1.756.990

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. Custos e Despesas Operacionais

	31.3.2009	31.3.2008
Descrição		
Pessoal	100.777	87.796
Entidade de Previdência Privada	45.265	23.622
Material	4.795	8.107
Serviço de terceiro	75.044	57.496
Energia elétrica comprada para revenda	a) 933.587	908.880
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	b) 263.211	205.237
Depreciação e amortização	94.111	87.621
Provisão (reversão) para PCLD	5.307	28.136
Provisão (reversão) para contingências	(1.010)	23.215
Outras	57.996	41.123
Total Geral	1.579.083	1.471.233

	MWh (*)		R\$	
	31.3.2009	31.3.2008	31.3.2009	31.3.2008
a) Energia elétrica comprada para revenda:				
ITAIPU	2.562.382	2.620.145	248.047	219.698
ITAIPU - CVA	-	-	50.426	46.338
Contrato bilateral - AES Tiête	2.786.571	2.869.455	417.205	378.711
Contrato bilateral - AES Uruguaiana	13.809	128.915	1.748	14.383
Contrato bilateral - Outros	6.512	3.976	1.211	138
Compra - CCEE	152.950	178.036	9.846	17.005
Compra - CCEAR	4.347.449	3.904.025	340.030	307.402
Compra - CCEAR - CVA	-	-	(57.508)	(2.464)
Proinfa	164.245	91.337	16.572	20.209
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	(93.990)	(92.540)
Total geral	10.033.918	9.795.889	933.587	908.880

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

	31.3.2009	31.3.2008
b) Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:		
Uso da Rede Básica	208.780	180.724
Uso da Rede Básica - CVA	(2.034)	(3.639)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS	36.894	3.332
Transporte de Energia - Furnas/Itaipu	18.411	16.390
ONS - Operador Nacional do Sistema	5.080	5.394
CUSD - Custo do Uso do Sistema de Distribuição	4.877	12.217
Conexão a Rede Básica - CTEEP	17.674	10.629
Conexão a Rede Básica - CTEEP - CVA	151	732
(-) Créditos PIS/Cofins	(26.622)	(20.542)
Total geral	263.211	205.237

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. Receitas e Despesas Financeiras

	31.3.2009	31.3.2008
<u>Receitas Financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	38.702	31.234
Selic - Parcela A/CVA	14.200	13.418
Selic - Finsocial - nota nº 4	2.587	-
Acréscimo moratório - consumidores	15.994	13.443
Multas	2.928	1.229
Renda dos Títulos e Valores Mobiliários Alienados - LFT	2.165	3.204
Outras	1.489	3.866
Total	78.065	66.394
<u>Despesas Financeiras</u>		
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	(31.561)	(33.884)
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	(63)	(497)
Transferido para o custo das imobilizações em curso	3.745	4.621
Operações de swap	(1.335)	(2.320)
Juros sobre Pis/Pasep e Cofins (a)	(13.751)	(15.629)
CPMF	-	(598)
Multas Moratórias, Compensatórias e Sancionatórias	(115)	(275)
Outras	(24.130)	(29.018)
Total	(67.210)	(77.600)
<u>Variações Monetárias e Cambiais Líquidas</u>		
Moeda Nacional	(53.787)	(31.448)
Moeda Estrangeira	381	1.565
Transferido para o custo das imobilizações em curso	4.980	5.218
Total	(48.426)	(24.665)
Total Líquido	(37.571)	(35.871)

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (nota nº 5). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	31.3.2009	31.3.2008	31.3.2009	31.3.2008
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(85.215)	(59.158)	(29.697)	(20.489)
Diferidos	28.973	(4.782)	9.424	(2.648)
Total	(56.242)	(63.940)	(20.273)	(23.137)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	223.967	237.575	223.967	237.575
Adições (exclusões):				
Baixa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	4.321	-	4.321
Doações	537	1.211	537	1.211
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	509	655	509	655
Perdas de Capital - Baixa de Imobilizado	137	862	137	862
Multas indedutíveis	101	12.257	101	12.257
Outros	-	166	-	166
Total das adições (exclusões)	1.284	19.472	1.284	19.472
Base de cálculo	225.251	257.047	225.251	257.047
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	56.313	64.262	20.273	23.134
Incentivos	(65)	(456)	-	-
Compensação de base de cálculo	(6)	(6)	-	-
Ajuste IRPJ/CSLL	-	(15)	-	3
Provisão IR/CS auto de infração overseas	-	155	-	-
Total da despesa (receita) com tributos	56.242	63.940	20.273	23.137

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. Partes Relacionadas

a) As principais transações e saldos entre partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de março de 2009, estão demonstradas a seguir:

	Ativo		Passivo	Resultado	
	Outros créditos	Rendas a Receber	Fornecedores	Energia elétrica comprada para revenda	Serviços de terceiros
Companhia Brasileira de Energia - nota nº 7	42.998	-	-	-	-
Eletropaulo Telecomunicação Ltda.	34	-	-	-	-
AES Tietê - notas nºs 11 e 19.a	186	-	197.505	417.205	-
AES Uruguaiana - notas nºs 11 e 19.a	19	-	783	1.748	-
AES Sul	2.759	-	-	-	-
AES Big Sky	-	-	-	-	3.817
Total	45.996	-	198.288	418.953	3.817

b) A remuneração da alta administração - De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração. No primeiro trimestre de 2009 e 2008, a remuneração anual foi conforme segue:

Descrição	31.3.2009	31.3.2008
Salário	879	598
Gratificações (PLR - Bônus)	666	207
Previdência Privada	68	45
Benefícios	128	84
Encargos	297	149
Total	2.038	1.083

23. Instrumentos Financeiros

As operações da Companhia compreendem a compra e a distribuição de energia elétrica em 24 municípios, predominantemente da Grande São Paulo, incluindo a Capital do Estado, atendendo a aproximadamente 5,9 milhões de clientes. Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia podem ser assim descritos:

Risco de crédito

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Riscos financeiros

O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco de mercado - taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 31 de março de 2009, o saldo total de empréstimos e financiamentos montava R\$ 1.998.965 (R\$ 2.044.877, em 31 de dezembro de 2008). O montante de R\$ 27.355, equivalente a US\$ 11.815, refere-se a captações denominadas em dólar norte-americano (R\$ 27.619 em 31 de dezembro de 2008, equivalente a US\$ 11.818).

Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia à volatilidade deste fator de risco, foram efetuadas operações de swap cambial trocando a variação do dólar mais juros pré-fixados pela variação do CDI. Estas operações foram contratadas para os mesmos vencimentos das dívidas, não ocasionando descasamentos de fluxo de caixa. No exercício findo em 31 de março de 2009, foi apurado um resultado líquido negativo de R\$ 1.335 e em 31 de dezembro de 2008, positivo de R\$ 1.587, os quais estão reconhecidos nas demonstrações contábeis na rubrica Receitas/Despesas Financeiras.

O valor principal dessas operações de swap em 31 de março de 2009 é de US\$ 9.422 mil (US\$ 9.422 em 2008).

O montante de R\$ 95.411 (R\$ 244.539 em 2008) referentes a operações vencidas com o Banco Santos S.A., o qual teve sua falência decretada em 20 de setembro de 2005, estão classificadas na rubrica Outras Obrigações. Em 11 de dezembro de 2008, a Companhia firmou acordo com a massa falida do Banco Santos S.A., pondo fim às ações judiciais em curso, o qual foi homologado em 22 de janeiro de 2009 pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo. Em decorrência desse acordo a Companhia realizou pagamento no valor de R\$ 151.200, quitando, desta forma, o saldo total relativo a tais contratos. Em razão de ter havido recurso contra a homologação, a Companhia está aguardando novos fatos para registrar a reversão do passivo remanescente.

Os pagamentos de energia comprada de Itaipu também são afetados pela volatilidade do fator de risco de taxa de câmbio (dólar norte-americano), mas o resultado da Companhia está protegido através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de março de 2009 os instrumentos financeiros passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	Valor Contabil	Valor de Mercado
Passivo		
Empréstimos e Financiamentos (inclui encargos)		
Moeda estrangeira	27.355	27.355
Moeda nacional	1.971.610	1.873.015
	<u>1.998.965</u>	<u>1.900.370</u>
Outras obrigações - Swap cambial	21.364	21.364
Total	<u>2.020.329</u>	<u>1.921.734</u>

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos empréstimos foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos às taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada dívida na data do balanço. Para os instrumentos de hedge, foram utilizadas as curvas de mercado nesta mesma data.

Informações qualitativas e quantitativas sobre derivativos

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, principalmente aqueles representados por operações com derivativos.

Uma vez identificados os riscos a serem mitigados, a Companhia busca os instrumentos mais adequados para contratar o hedge.

Os principais fatores que direcionam a decisão da Companhia sobre o instrumento a ser utilizado estão listados a seguir:

- Situação de liquidez da Companhia;
- Condição de crédito junto ao mercado financeiro;
- Cenário de mercado.

Definido o objeto do hedge e o instrumento a ser utilizado, a Companhia precifica tais operações sempre seguindo as metodologias de mercado vigentes.

O valor de mercado do hedge é calculado com base nos preços médios divulgados diariamente pela BMF (Bolsa de Mercadorias e Futuros) e considera a variação cambial do período com base na PTAX- V (câmbio médio divulgado diariamente pelo

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de março de 2009 as operações contratadas pela Companhia podem ser resumidas com segue:

Descrição	Valor de referência (nocial)		Valor justo		Efeito acumulado 31.3.2009	
	31.3.2009	31.12.2008	31.3.2009	31.12.2008	Valor a receber	Valor a pagar
Contratos de "swaps"						
Posição ativa	9.422	9.422	27.067	26.876	27.067	-
Moeda	US\$	US\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Índices	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$
Posição passiva	48.431	47.071	48.431	47.071	-	48.431
Moeda	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Índices	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI
					Posição passiva	21.364

Com a finalidade de reduzir a exposição à volatilidade da taxa de cambio incidente sobre empréstimos e financiamentos denominados em dólar, a Companhia mantém operações de swap cambial, trocando a variação do dólar mais cupom pela variação do CDI.

Segue tabela com as características dos swaps vigentes na carteira da Companhia.

Contratos de "swaps"			
Bancos	Início	Vencimento	US\$ mil
UNIBANCO	26.10.2004	30.06.2009	2.402
UNIBANCO	26.10.2004	30.06.2009	2.337
CSFB	12.11.2004	30.12.2009	2.384
UNIBANCO	12.11.2004	30.12.2009	2.299
			9.422

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do instrumento financeiro ao qual a Companhia estava exposta (swap cambial) em 31 de março de 2009 definimos 3 cenários conforme requerido pela Instrução Normativa CVM nº 475:

- I - uma situação considerada provável pela administração e referenciada por fonte externa independente: R\$ 2,30 (FOCUS 27.3.2009);
- II - uma situação, com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada: R\$ 2,8750;
- III - uma situação, com deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada: R\$ 3,45.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os instrumentos de derivativos utilizados pela companhia não demandam chamada de margem de garantia e estão devidamente registrados na CETIP (Câmara de Custódia e Liquidação).

Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Hedge	Derivativo (risco queda US\$)	176	(6.477)	(13.129)
Dívida em US\$	Dívida (risco aumento US\$)	(179)	6.577	13.332
Efeito Líquido		(3)	100	203

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2009, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 27 de março de 2009 foi extraído a projeção do indexador SELIC / CDI para o ano de 2009 e este definido como o cenário provável; a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2009 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV	
Selic / CDI	5,03	7,545	10,06	12,575	15,09	
Posição em 31.3.09						
Aplicações Financeiras:	R\$ 1.179.851					
Títulos e Val. Mobiliários	R\$ 75.709					
Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
Aplicações Financeiras	CDI	R\$ 59.347	R\$ 89.020	R\$ 118.693	R\$ 148.366	R\$ 178.040
Títulos e Valores Mobiliários	SELIC	R\$ 3.808	R\$ 5.712	R\$ 7.616	R\$ 9.520	R\$ 11.425

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2009, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 27 de março de 2009 foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e com base na curva futura da BM&F de 31 de março de 2009 foi extraída a projeção da LIBOR, todos para o ano de 2009 e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2009. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2009 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	Taxa de Juros	Saldo de Principal em 31.03.2009	Projeção Despesas Financeiras - Ano 2009				
			Queda		Cenário Base	Aumento	
			de 50%	de 25%		de 25%	de 50%
DIVIDAS EM REAIS COM TAXA PRE-FIXADA							
Bonds	19,125% a.a.	474.060	NA	NA	NA	NA	NA
Eletrobrás - Reluz	5,00% a.a.	5.945	NA	NA	NA	NA	NA
MOEDA ESTRANGEIRA							
Lei 7976/89	L + 0,8125% a.a.	27.200	1,1500	1,7250	2,3000	2,8750	3,4500
Resolução 96/93 (Bib's)	6,00% a.a.	155	(13.935)	(7.092)	(184)	6.971	13.833
			(83)	(42)	(1)	40	80
LIBOR							
Lei 7976/89	L + 0,8125% a.a.	27.200	0,98%	1,47%	1,96%	2,45%	2,94%
			488	621	754	887	1.021
CDI							
Debêntures - 10ª Emissão	CDI + 0,90% a.a.	600.000	5,03%	7,55%	10,06%	12,58%	15,09%
Debêntures - 9ª Emissão	CDI + 1,75% a.a.	250.000	35.852	51.077	66.303	81.529	96.755
Debêntures - 11ª Emissão	CDI + 1,75% a.a.	200.000	17.170	23.568	29.965	36.363	42.760
CCB - Citibank	CDI + 1,20% a.a.	300.000	13.736	18.854	23.972	29.090	34.208
			18.871	26.507	34.142	41.778	49.413
IGPDI							
Fundação Cesp	IGPDI + 6,00% a.a.	2.975.397	1,58%	2,37%	3,16%	3,95%	4,74%
			228.356	253.272	278.188	303.104	328.020

Risco de preço

Em conformidade ao contrato de concessão, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica a cada 4 anos.

Nos processos de revisão tarifária, a Parcela B deixa de ser apurada pela variação do IGP-M ajustado pelo Fator X e passa a ser calculada através de metodologias definidas pela ANEEL, apresentadas na Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006 posteriormente alterada pela Resolução Normativa nº 338, de 25 de novembro de 2008.

O resultado da segunda revisão tarifária periódica ocorrida em 2007 foi alterado através da Resolução Homologatória nº 674 de 1º de julho de 2008, no entanto, a exemplo do ocorrido no ano passado o mesmo permanece provisório.

Os principais itens considerados em caráter provisório nesta revisão tarifária são:

1. Perdas elétricas regulatórias;
2. Custos operacionais definidos através do modelo da Empresa de Referência;
3. Receitas Irrecuperáveis e;

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Estes itens foram objeto de discussão através da Audiência Pública nº 052/07, aberta em dezembro de 2007, tendo como resultado desta Audiência Pública a Resolução Normativa nº 338, de 25 de novembro de 2008.

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou através da Resolução Homologatória nº 675 de 1º de julho de 2008, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Eletropaulo resultantes do processo de reajuste tarifário de 2008, cujo aumento médio percebido pelos consumidores foi da ordem de 8,12%.

Risco de mercado

O *portfolio* de contratos de energia de 2009 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais com AES Tietê e AES Uruguaiana e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu e Proinfa; e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's decorrentes do 1º, 2º e 4º Leilões Públicos de Energia Existente realizados em dezembro/2004, abril/2005 e outubro/05, respectivamente, do 1º e 2º Leilões de Energia Nova realizados em dezembro/2005 e junho/06 e do 9º Leilão de Ajuste realizado em fevereiro/09. De acordo com o Decreto MME nº 5.163/04, as distribuidoras devem efetuar contratos regulados de compra de energia somente através de leilões públicos federais, com duração estabelecida pelo próprio MME, de três a quinze anos para energia proveniente de empreendimentos existentes e, de quinze a trinta anos, para energia proveniente de novos empreendimentos de usinas térmicas e hidrelétricas, respectivamente.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devam garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da Distribuidora. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão de 5 anos da carga e à expectativa de preços futuros. Tais fatores podem implicar em penalidades por insuficiência de contratação, quando a contratação for inferior a 100%, e em custos não repassáveis às tarifas de fornecimento quando a contratação for superior a 103%. Para mitigação desses riscos, há instrumentos de contratação de energia elétrica previstos pela regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/04, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia de suprimento de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 103%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atender todos os clientes cativos. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração e gestão dos riscos de volume e preços, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Portaria MME nº 45, de 9 de março de 2007 e nas regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 305, de 18 de maio de 2008, a eventual exposição no nível de contratação a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada à tarifa da Distribuidora. Este repasse deverá ser concedido, desde que atendidas as condições dispostas na portaria anteriormente mencionada. Adicionalmente, caberá à ANEEL analisar a isenção da aplicação de penalidade por eventual não atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado.

A alta variação cambial tem impacto direto sobre os pagamentos da energia adquirida de Itaipu, mas, como se tratam de custos não gerenciáveis pelas distribuidoras, estes efeitos deverão ser capturados no próximo reajuste tarifário.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

24. Reajuste Tarifário 2008

Em 1º de Julho de 2008, em Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, foi autorizado um reajuste tarifário médio de 8,01% à Companhia, a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de Julho de 2008.

O reajuste autorizado pela ANEEL em 1º de julho de 2008 é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2008		
Parcela A	Encargos Setoriais	2,27%
	Energia Comprada	0,58%
	Encargos de Transmissão	0,96%
	Parcela A	3,81%
Parcela B		2,65%
Reajuste Base		6,46%
CVA Total		0,08%
Outros custos financeiros de Parcela A		0,42%
Outros custos financeiros de Parcela B		1,05%
Reajuste Total		8,01%

Parcela A

A Parcela A foi corrigida em 5,36%. A participação positiva de 3,81% no reajuste econômico refere-se a:

- (i) Encargos Setoriais - R\$ 1.022,56 milhões. Com destaque para o aumento de 1.590,23% nos Encargos de Serviço do Sistema - ESS, que totalizaram R\$ 103,00 milhões, devido à expectativa de despachos de térmicas até novembro de 2008 com vista a aumentar a segurança energética do Sistema Interligado Nacional (SIN).

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (ii) Energia Comprada - R\$ 3.849,38 milhões. A baixa representatividade no percentual total do reajuste, de 0,58%, decorre da redução no custo de energia comprada de Itaipu, uma vez que houve apreciação do Real frente ao Dólar nos últimos 12 meses. A taxa de câmbio utilizada para valorar o repasse atual foi de R\$ 1,64/US\$, enquanto na Revisão Tarifária de 2007 foi considerada a cotação de R\$ 1,94/US\$.
- (iii) Encargos de Transmissão - R\$ 954,20 milhões. Reflete a publicação pela ANEEL das novas tarifas de transmissão, por meio da Resolução Homologatória nº 671, válidas a partir de 1º de julho de 2008.

Parcela B

O índice de ajuste da Parcela B foi de 9,15%. A participação de 2,65% em relação ao Índice de Reajuste Tarifário resulta da combinação dos seguintes componentes:

1. IGP-M de 13,44%, dos 12 meses findos em 30 de junho de 2008, e
2. Fator X equivalente a 4,30%, composto por:
 - Xa de 2,01%, fruto da diferença positiva entre o IGP-M (13,44%) e o IPCA (5,90%) no período tarifário, e
 - Xe de 2,05%, resultado da nova metodologia de cálculo que introduziu um fator de produtividade a ser aplicado nos custos operacionais projetados.

Componentes Financeiros

Dentre os componentes financeiros aplicados a este Reajuste Tarifário, que montam R\$ 128,86 milhões, há R\$ 10,48 milhões referentes aos seguintes ajustes da Revisão Tarifária Periódica de 2007, aplicados provisoriamente:

- a) Receitas Irrecuperáveis passaram de 0,50% sobre a receita bruta para 0,60%;
- b) Taxa de depreciação regulatória foi alterada de 4,31% para 4,32%.

Os demais itens pendentes do Processo de Revisão Tarifária de 2007, que foram objetos de discussão na Audiência Pública 052/07, também permanecem provisórios e sem alterações.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

INTRODUÇÃO

Práticas contábeis:

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil.

Despacho ANEEL nº 2.877/2008

Em cumprimento ao Despacho Aneel nº 2.877 de 1º de agosto de 2008, a Companhia alterou, a partir de 1º de setembro de 2008, a forma de contabilização da conta de Compensação de Variação de Valores da Parcela A - CVA.

Para efeito de comparação, foram feitas as reclassificações retroativamente aos períodos de análise. Não houve impacto nos resultados dos períodos, pois as mudanças realizadas são meramente entre contas de resultado.

De acordo com a regra anterior, o ajuste de CVA referente à variação entre o valor concedido na revisão tarifária e o efetivamente pago pela Companhia para determinado item era feito na rubrica correspondente a este item. Já a nova regra prevê que caso haja passivos regulatórios constituídos, ao invés de ser registrado um aumento do item seguindo a regra anterior, uma receita de valor equivalente ao item que variou deve ser registrada

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

No 1T09, a Eletropaulo auferiu Receita Operacional Bruta de R\$ 2.899,8 milhões, 6,5% (R\$ 176,8 milhões) superior à receita verificada no mesmo período do ano anterior. O acréscimo é explicado, principalmente:

- (i) Pelo índice médio de reajuste tarifário de +8,01% sobre as tarifas da Companhia, aplicado a partir de 04 de julho de 2008; e
- (ii) Pela participação da demanda na receita faturada - parte da tarifa dos consumidores de alta tensão que não varia em função do volume.
- (iii) Pela redução de 26,2% (R\$ 77,1 milhões) em Outras Receitas, que reflete a queda no não-faturado e no PIS/Cofins não-faturados.

O consumo faturado de 8.118,2 GWh, estável em relação ao consumo faturado do ano anterior não impactou de forma significativa a variação da receita.

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

No 1T09, as Deduções da Receita Operacional totalizaram R\$ 1.050,1 milhões, um incremento de 8,7% (R\$ 84,1 milhões) em relação às deduções do 1T08, que por sua vez somaram R\$ 966,1 milhões. A variação decorre, sobretudo, do aumento da receita de fornecimento entre os períodos considerados e, conseqüentemente, do incremento proporcional dos encargos tributários incidentes na receita (ICMS, PIS, COFINS e ISS).

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais somaram R\$ 1.485,0 milhões no 1T09, 7,3% (R\$ 101,4 milhões) de acréscimo em comparação ao registrado no mesmo período de 2008. As principais variações serão detalhadas a seguir:

Despesas Operacionais - em R\$ milhões*	1T08	1T09	%	Var (%) 1T09 x 1T08
Gastos da Parcela A	1.114,1	1.196,8	80,6%	7,4%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	908,9	933,6	62,9%	2,7%
Transmissão	205,2	263,2	17,7%	28,3%
PMSO	269,5	288,2	19,4%	6,9%
Pessoal + Entidade de Previdência Privada	111,4	146,0	9,8%	31,1%
Materiais & Serviços de Terceiros	65,6	79,8	5,4%	21,7%
Outros	92,5	62,3	4,2%	-32,6%
Total	1.383,6	1.485,0	100,0%	7,3%

* Não inclui depreciação

Gastos da Parcela A

De acordo com a metodologia de revisão tarifaria da Aneel, todas as despesas classificadas como "gastos de parcela A" são repassadas para tarifa.

Despesa de Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada totalizou R\$ 933,6 milhões no 1T09, 2,7% acima da despesa registrada no 1T08, de R\$ 908,9 milhões. A variação pode ser explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) maior volume de energia comprada, que totalizou 10.034 GWh no 1T09 ante 9.796 GWh requeridos no 1T08;
- (ii) pelo aumento de 3,6% no preço médio dos contratos de suprimento decorrente, sobretudo, do reajuste de preço do contrato bilateral com a AES Tietê de 13,44%, que chegou a R\$ 149,72 / MWh, válido a partir de 04 de julho de 2008, compensado pelo maior volume (44,7%) comprado através de leilões a um preço médio de R\$ 78,21 / MWh no 1T09.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Energia Comprada				
Tarifa Média (R\$/MWh)			% 1T08	% 1T09
Fonte	1T08	1T09		
AES TIETÊ	131,98	149,72	30,1%	28,7%
ITAIPU	96,87	96,80	27,5%	26,4%
LEILÃO	78,60	78,21	41,0%	44,7%
OUTROS CONTRATOS BILATERAIS	109,27	145,61	1,4%	0,2%
TOTAL	100,13	103,76	100,0%	100,0%

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Despesa com Encargos do Uso da Rede Elétrica e Transmissão

No 1T09, a Eletropaulo registrou R\$ 263,2 milhões em despesas com encargos, valor R\$ 58,0 milhões ou 28,3% superior ao realizado no 1T08. Os principais motivos para tal elevação foram:

- (i) o aumento de R\$ 30,2 milhões, entre os períodos comparados, no encargo de rede básica e encargo ao ONS. A principal razão foi o aumento de 8,94% na cota anual do encargo de rede básica que compõe a tarifa a partir do reajuste tarifário de julho de 2008;
- (ii) o maior volume de energia comprada, 2,5% superior ao 1T08; e
- (iii) o acréscimo de R\$ 33,6 milhões em Encargos do Serviço do Sistema (ESS) decorrente da homologação pela Aneel de novos valores válidos desde o reajuste tarifário de julho de 2008.

PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

Pessoal

As despesas com pessoal estão subdivididas em 3 rubricas: (a) despesa com pessoal e encargos, (b) despesa com o fundo de pensão e (c) despesa com acordos e condenações judiciais conforme demonstrado abaixo:

Pessoal - em R\$ milhões	1T08	1T09	V%
			1T09 x 1T08
Pessoal e Encargos	68,0	68,4	0,6%
Entidade de Previdência	23,6	45,3	91,6%
Acordos e Condenações Trabalhistas	19,7	32,3	63,8%
Total	111,4	146,0	31,1%

No 1T09, a Eletropaulo registrou R\$ 146,0 milhões em despesas com Pessoal e Entidade de Previdência Privada, montante 31,1% (ou R\$ 34,6 milhões) superior ao verificado no 1T08. A variação decorre do aumento da expectativa de despesa com a Fundação Cesp, que no primeiro trimestre do ano totalizou R\$ 45,3 milhões, e do aumento nos acordos e condenações trabalhistas.

- *Despesa com Pessoal e Encargos*

No 1T09, a Eletropaulo registrou R\$ 68,4 milhões em despesas com Pessoal e Encargos, montante 0,6% superior ao registrado no 1T08. Desconsiderando o efeito não-recorrente da reversão de provisão referente ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV), de R\$ 3,1 milhões no 1T08, a despesa com pessoal e encargos daquele período teria totalizado R\$ 71,1 milhões, montante 3,8% superior ao registrado no 1T09. Esta variação decorre dos efeitos combinados da menor provisão de PLR no 1T09 (que reduziu de R\$ 10,8 milhões no 1T08 para R\$ 5,8 milhões no 1T09) e do acordo coletivo de junho de 2008, que elevou os salários em 6,8%.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- *Despesa com o Fundo de Pensão*

As despesas com Fundo de Pensão representaram um total de R\$ 45,3 milhões no 1T09, aumento de R\$ 21,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é consequência, da expectativa para o ano de 2009, de uma despesa de R\$ 180,7 milhões com entidade de previdência privada, de acordo com cálculos atuariais. Esta expectativa consta nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia.

- *Despesa com acordo e condenações trabalhistas*

As discussões judiciais quando finalizadas (seja por intermédio de acordo ou condenação) são transferidas da linha "outras despesas operacionais" para a linha de pessoal. Portanto, os valores apresentados nas despesas de pessoal têm efeito nulo no resultado da Companhia.

O valor referente à despesas com Acordos e Condenações Trabalhistas somou R\$ 32,3 milhões no 1T09, um acréscimo de R\$ 12,6 milhões em relação ao 1T08. O número de conclusões de processos trabalhistas do 1T08 foi inferior à media daquele ano, o que explica a variação desta rubrica entre os períodos confrontados.

Despesa com materiais e serviços de terceiros

As Despesas com Materiais e Serviços de Terceiros totalizaram R\$ 79,8 milhões no 1T09, aumento de 21,7% (R\$ 14,2 milhões) na comparação com as despesas do 1T08. O incremento nestas despesas pode ser explicado pelos maiores gastos com serviços de cobrança, desenvolvimento, manutenção e operação de sistemas de TI, mão de obra de call Center, honorários advocatícios e gastos para adequação a Legislação de Meio Ambiente.

Outras despesas operacionais

No 1T09, as Outras Despesas Operacionais da Eletropaulo somaram R\$ 62,3 milhões, uma redução de 32,6% (R\$ 30,2 milhões) na comparação com o montante registrado no 1T08. As principais despesas incluídas nesse grupo são: (a) PCLD e Baixas; (b) Provisão e Reversão para contingências; (c) custas judiciais (condenações) e demais despesas, conforme detalhado no quadro abaixo.

Outras Despesas Operacionais - em R\$ milhões	1T08	1T09	Var (%) 1T09 x 1T08
PCLD e Baixas	36,0	20,5	-43,0%
Provisão (Reversão) para contingências	23,2	(1,1)	-104,5%
Condenações e Acordos Judiciais	5,3	13,8	161,3%
Demais *	28,0	29,1	3,7%
Total	92,5	62,3	-32,6%

* Arrendamentos e aluguéis, Indenizações, Perdas e Danos, Publicidade, Tarifas Bancárias, IPTU etc

Dentre as principais variações destacam-se:

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

(ii) o efeito positivo das provisões para contingências, que registraram uma reversão de R\$ 1,1 milhão no 1T09 ante uma provisão de R\$ 23,2 milhões no 1T08;

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

No 1T09, esta rubrica apresentou uma despesa no total de R\$ 9,0 milhões, comparada a uma despesa de R\$ 12,3 milhões no 1T08, a menor perda na desativação de ativos explica a variação entre os trimestres confrontados.

EBITDA

No 1T09, a AES Eletropaulo auferiu um Ebitda de R\$ 355,7 milhões, redução de R\$ 5,4 milhões se comparado ao Ebitda apurado no mesmo período de 2008. Esta variação resulta da combinação, principalmente, dos seguintes fatores: (i) a estabilidade do consumo faturado entre os períodos; (ii) o aumento na despesa com Fundo de Pensão, que será recorrente no ano de 2009; (iii) o incremento nas despesas com materiais e serviços de terceiros no 1T09; (iv) o impacto positivo da redução nas despesas com PCLD e baixas, todos efeitos explicados anteriormente.

Parcela A

No final de 2001, em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado um acordo entre os geradores, os distribuidores de energia e o Governo Federal, denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico". O acordo instituiu um reajuste tarifário extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores rurais e residenciais (exceto aqueles considerados como de "baixa renda") e de 7,9% para todos os demais consumidores, como mecanismo de reposição de perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico com o Programa de Racionamento.

O referido reajuste está sendo utilizado para compensação dos ativos regulatórios registrados pela Companhia. O prazo estipulado para a realização dos ativos regulatórios relacionados à RTE e Energia Livre foi de 70 meses para a Companhia, e encerrou-se em outubro de 2007. Após a recuperação destes ativos, também por meio do mecanismo de Recomposição Tarifária Extraordinária, iniciou-se a realização dos ativos relacionados à Parcela A (apurados até 25 de outubro de 2001), sujeitos a remuneração do saldo remanescente pela taxa Selic do Bacen. Enquanto os ativos são realizados, há um aumento correspondente de custos de Parcela A.

Para aproximar o Ebitda da Geração de Caixa Operacional, a Companhia efetuará o ajuste dos itens operacionais da Parcela A no Ebitda, até o final de sua amortização.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Abaixo, os valores de amortização da Parcela A apurados até 25 de outubro de 2001, e seu saldo, em 31/03/2009:

R\$ milhões

Parcela A - Amortização	1T09	Saldo
Saldo Inicial	141,9	31/3/2009
Atualização SELIC	3,2	45,0
CCC Isolado/Interligado	(34,4)	12,2
Itaipu - custo	(50,4)	17,9
Encargos conexão a rede	(0,0)	0,0
Itaipu Binacional - transporte	(0,0)	0,0
Transporte de rede básica	(0,1)	0,0
Taxa de fiscalização	(0,8)	0,3
RGR	1,1	(0,4)
Subtotal	(84,6)	30,0
Itaipu - varcam	(22,5)	8,0
Total	(107,1)	38,0
Saldo Final	38,0	

É importante ressaltar que, com o término da amortização do saldo da Parcela A, a Recomposição Tarifária Extraordinária foi excluída da tarifa a partir de 01/05/2009. Eventuais diferenças constituirão uma obrigação junto aos consumidores e serão consideradas no Reajuste Tarifário de 4 de julho de 2009, como um componente financeiro negativo.

Ebitda Ajustado

No 1T09, o Ebitda ajustado atingiu R\$ 484,1 milhões, representando um aumento de 5,0% em relação ao 1T08. O motivo principal do aumento de R\$ 28,6 milhões no total de ajustes aplicados ao Ebitda no 1T09 refere-se à despesa com fundo de pensão, com incremento de R\$ 21,7 milhões.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

No 1T09, a margem Ebitda ajustado foi de 26,2%, em linha com a margem obtida no 1T08.

R\$ milhões	1T08	1T09	V %
			1T09 x 1T08
EBITDA	361,1	355,7	-1,5%
Ajustes			
Desp. Passivo - FCESP	22,1	43,8	98,6%
Parcela A	77,7	84,6	8,8%
EBITDA Ajustado	460,9	484,1	5,0%
Margem Ebitda	20,6%	19,2%	-1,3 p.p.
Margem Ebitda Ajustado	26,2%	26,2%	-0,1 p.p.

Ajustes do Ebitda:

- **Despesa com Passivo - FCESP** - A administração ajusta no Ebitda as despesas referentes ao passivo com Fundação CESP (Confissão Dívida Ila e Reserva Matemática) para melhor refletir sua geração de caixa operacional.
- **Parcela A** - é efetivamente parte da geração operacional de caixa da Eletropaulo, no entanto é acrescida às despesas correspondentes a parcela do ativo regulatório, quando da amortização desse ativo.

RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro líquido da Companhia no 1T09 foi uma despesa de R\$ 37,6 milhões, 4,7% superior à despesa de R\$ 35,9 milhões verificada no primeiro trimestre de 2008. As principais variações estão explicadas a seguir.

	1T08	1T09	Var (%) 1T09 x 1T08
TAXA DE CÂMBIO *	1,7491	2,3152	32,4%
SELIC MÉDIA	11,18%	12,56%	1,4 p.p.
IGP-M	2,38%	-0,92%	-3,3 p.p.
IGP-DI	2,08%	-0,96%	-3,0 p.p.
TR	0,16%	0,37%	0,2 p.p.

* Final do período

Receitas financeiras

A Eletropaulo auferiu, no 1T09, receita financeira de R\$ 78,1 milhões, 17,6% acima da receita financeira obtida no 1T08. Esta variação é justificada, sobretudo pelos seguintes fatores: **(i)** aumento da selic média entre os períodos comparados, de 11,18% no 1T08 e 12,56% no 1T09; **(ii)** maior rentabilidade média das aplicações financeiras, de 101,3% do CDI no 1T08 para 103,0% do CDI no 1T09; **(iii)** atualização pela Selic dos créditos tributários de Finsocial, no valor de R\$ 2,6 milhões; e **(iv)** aumento de R\$ 2,6 milhões no moratório a consumidores.

Despesas Financeiras

No 1T09 foram verificadas despesas financeiras no valor de R\$ 67,2 milhões, montante 13,4% inferior ao registrado no 1T08, quando somaram R\$ 77,6 milhões. Segue abaixo, as principais variações:

SWAP

Com a finalidade de reduzir a exposição à volatilidade da taxa de câmbio incidente sobre empréstimos e financiamentos denominados em dólar, que totalizam R\$ 27,4 milhões em 31/03/2009 (equivalente à US\$ 11,8 milhões), a Companhia mantém operações de swap cambial, trocando a variação do dólar mais juros pré-fixados pela variação do CDI. Desta forma, devido à apreciação do Dólar frente ao Real, no 1T09 foi apurada uma despesa de R\$ 1,3 milhão, comparada à despesa de R\$ 2,3 milhões no 1T08.

Outras

A rubrica Outras despesas financeiras totalizou R\$ 24,1 milhões, representando uma redução de 16,8% comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Tal variação pode ser explicada principalmente pela combinação: (i) da despesa não-recorrente, no valor de R\$ 12,2 milhões, em virtude do pagamento de uma penalidade realizado em janeiro de 2008 à ANEEL - a penalidade foi aplicada sobre o empréstimo de mútuo realizado em 2003 entre Eletropaulo e Metropolitana Overseas II, que foi assinado sem a anuência prévia do órgão regulador; (ii) o aumento de R\$ 10,0 milhões em despesas com comissões de fianças bancárias no 1T09; e (iii) da redução de R\$ 8,6 milhões nas despesas financeiras com operações vencidas com Banco Santos, entre os períodos comparados.

Variação Monetária e Cambial Líquida

A conta de Variação Monetária e Cambial líquida registrou uma despesa de R\$ 48,4 milhões no 1T09, comparada à despesa de R\$ 24,7 milhões no 1T08. As principais razões para o incremento nesta despesa são: (i) a redução de R\$ 5,9 milhões, na receita de atualização monetária de depósitos judiciais na comparação entre o 1T09 e o 1T08; (ii) a redução de R\$ 8,4 milhões na receita de "Atualização monetária / juros" no 1T09 em relação à igual período de 2008; e (iii) o aumento de R\$ 2,7 milhões nas despesas com variação monetária da 10ª e 11ª emissão de debêntures no 1T09.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	9ª
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/058
4 - DATA DO REGISTRO CVM	22/12/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	Ú
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	20/12/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	20/08/2018
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,75%a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	nihil
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	250.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	25.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	25.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	20/08/2007
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	20/08/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	02
2 - Nº ORDEM	10ª
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2007/037
4 - DATA DO REGISTRO CVM	19/10/2007
5 - SÉRIE EMITIDA	Ú
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	15/09/2007
9 - DATA DE VENCIMENTO	15/09/2013
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 0,90% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	nihil
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	600.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	60.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	60.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	15/09/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - Nº ORDEM	11ª
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2007/047
4 - DATA DO REGISTRO CVM	22/11/2007
5 - SÉRIE EMITIDA	Ú
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/11/2007
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/11/2018
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,75% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	nihil
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	200.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	20.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	20.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/05/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	12
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	13
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	14
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	68
14	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	80
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	83
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	85/86

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Outras informações que a Companhia entenda relevantes

Quantidade e características de valores mobiliários detidos pelo grupo de diretores, membros do Conselho da Administração e Fiscal, Controladores e Free-float (Mercado), em 31 de março de 2009:

Saldo em 31.3.2009 - Posição pós-grupamento

Acionistas Controladores	Valores Mobiliário - Saldo 31.03.2009							
	Ações ON	% Participação	Ações PNA	% Participação	Ações PNB	% Participação	Total	% Participação
AES ELPA SA	51.825.798	77,81%	0	0,00%	0	0,00%	51.825.798	30,97%
CIA BRASILIANA DE ENERGIA	0	0,00%	0	0,00%	7.434.390	7,56%	7.434.390	4,44%
BNDES PART SA BNDESPAR	0	0,00%	0	0,00%	734.576	0,75%	734.576	0,44%
UNIAO FEDERAL	13.342.384	20,03%	258	0,01%	0	0,00%	13.342.642	7,97%
Subtotal	65.168.182	97,84%	258	0,01%	8.168.966	8,30%	73.337.406	43,82%
Conselho de Administração	0	0,00%	0	0,00%	218	0,00%	218	0,00%
Diretores	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	40	0,00%	0	0,00%	40	0,00%
Outros	1.436.635	2,16%	2.369.051	99,99%	90.200.537	91,70%	94.006.223	56,18%
Total	66.604.817	100,00%	2.369.349	100,00%	98.369.721	100,00%	167.343.887	100,00%
Free-Float	1.436.635	2,16%	2.369.091	99,99%	90.200.537	91,70%	94.006.263	56,18%

A empresa realizou o grupamento da totalidade de suas ações a partir de 1.4.2008

Saldo em 31.3.2008 - Posição pré-grupamento

Acionistas Controladores	Valores Mobiliário - Saldo 31.03.2008							
	Ações ON	% Participação	Ações PNA	% Participação	Ações PNB	% Participação	Total	% Participação
AES ELPA SA	12.956.450.380	77,81%	0	0,00%	0	0,00%	12.956.450.380	30,97%
CIA BRASILIANA DE ENERGIA	0	0,00%	0	0,00%	1.858.602.977	7,56%	1.858.602.977	4,44%
BNDES PART SA BNDESPAR	0	0,00%	0	0,00%	183.644.102	0,75%	183.644.102	0,44%
UNIAO FEDERAL	3.335.596.142	20,03%	64.630	0,00%	0	0,00%	3.335.660.772	7,97%
Subtotal	16.292.046.522	97,84%	64.630	0,00%	2.042.247.079	8,30%	18.334.358.231	43,82%
Conselho de Administração	1	0,00%	0	0,00%	14	0,00%	15	0,00%
Diretores	0	0,00%	1	0,00%	3	0,00%	4	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	10.000	0,00%	0	0,00%	10.000	0,00%
Outros	359.157.829	2,16%	592.262.635	99,99%	22.550.182.962	91,70%	23.501.603.426	56,18%
Total	16.651.204.352	100,00%	592.337.266	100,00%	24.592.430.058	100,00%	41.835.971.676	100,00%
Free-Float	359.157.829	2,16%	592.272.635	99,99%	22.550.182.962	91,70%	23.501.613.426	56,18%

Posição acionária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. com mais de 5% por tipo ou espécie de ação, em 31 de março de 2009 (Pós-Grupamento):

Participação Acionária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. com mais de 5% do capital social em 31 de março de 2009								
Controladores	Ações ON							
	Ações ON	% Participação	Ações PNA	% Participação	Ações PNB	% Participação	Total	% Participação
AES ELPA SA	51.825.798	77,81%	0	0,00%	0	0,00%	51.825.798	30,97%
UNIAO FEDERAL	13.342.384	20,03%	258	0,01%	0	0,00%	13.342.642	7,97%
CIA BRASILIANA DE ENERGIA	0	0,00%	0	0,00%	7.434.390	7,56%	7.434.390	4,44%
Subtotal	65.168.182	97,84%	258	0,01%	7.434.390	7,56%	72.602.830	43,39%
MFS UTILITIES FUND	0	0,00%	0	0,00%	5.860.660	5,96%	5.860.660	3,50%
ISHARES MSCI BR FREE IND FUND	0	0,00%	0	0,00%	2.376.020	2,42%	2.376.020	1,42%
SCHRODER BR EQUITY MOTHER FUND	0	0,00%	0	0,00%	2.179.240	2,22%	2.179.240	1,30%
THE LAZARD FUNDS INC	0	0,00%	0	0,00%	2.134.000	2,17%	2.134.000	1,28%
Total	65.168.182	97,84%	258	0,01%	19.984.310	20,32%	85.152.750	50,88%

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Posição acionária dos acionistas da Sociedade, com mais de 5% do capital social, até o nível de Pessoa Física:

Composição dos acionistas da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. com mais de 5% do capital social até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009.

AES ELPA SA - 31.03.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
Cia Brasileira de Energia	93.404.121	98,26%	93.404.121	98,26%
Outros	1.656.932	1,74%	1.656.932	1,74%
Total	95.061.053	100,00%	95.061.053	100,00%

Cia Brasileira de Energia - 31.03.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Ações PN	% Participação	Total	% Participação
AES Brasil Holdings Ltda.	300.000.001	50,01%	1	0,00%	300.000.002	46,15%
BNDES Participações S.A.	300.000.000	49,99%	49.999.998	100,00%	349.999.998	53,85%
Outros	0	0,00%	8	0,00%	8	0,00%
Total	600.000.001	100,00%	50.000.007	100,00%	650.000.008	100,00%

AES Brasil Holdings Ltda. - 31.03.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES Brasil Holdings Ltd	185.573.084.172	100,00%	185.573.084.172	100,00%
Total	185.573.084.172	100,00%	185.573.084.172	100,00%

AES Brasil Holdings Ltd - 31.03.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES International Holdings II	50.000	100,00%	50.000	100,00%
Total	50.000	100,00%	50.000	100,00%

AES International Holdings II - 31.03.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES Corporation	50.000	100,00%	50.000	100,00%
Total	50.000	100,00%	50.000	100,00%

BNDES Participações S.A. - 31.03.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
BNDES	1	100,00%	1	100,00%
Total	1	100,00%	1	100,00%

BNDES S.A. - 31.03.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
União Federal	6.273.711.452	100,00%	6.273.711.452	100,00%
Total	6.273.711.452	100,00%	6.273.711.452	100,00%

Vinculação à Cláusula Compromissória de arbitragem

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
São Paulo – SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2009, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Conforme mencionado na nota explicativa 24 às Informações Trimestrais, em 3 de julho de 2007 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou o reposicionamento tarifário negativo de 8,43% para a Companhia, aplicável a partir de 4 de julho de 2007. Certos componentes utilizados para determinação desse reposicionamento são considerados, ainda, de caráter provisório e vêm sendo objeto de discussões entre Companhia e a ANEEL. Dessa forma, eventuais efeitos da determinação definitiva desses componentes, os quais não são possíveis de serem quantificados nesse momento, serão registrados quando da finalização dessas discussões.

São Paulo, 05 de maio de 2009.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

